



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

2ª Reunião Ordinária da CTJC

Realizada em
Brasília/DF.
07 de Novembro de 2023.

(Transcrição ip[s]is verbis)
Empresa RDK Degravações e Eventos

1 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
2 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Agradecer a presença de todo mundo e nós vamos
3 iniciar, então, a nossa reunião, a segunda reunião da Câmara Técnica de Justiça... Tem
4 um microfone aberto. A gente tem hoje na pauta dois itens importantes, um é a eleição
5 da vice-presidência da Câmara Técnica e outra a discussão sobre as prioridades da
6 continuidade discussão das prioridades para o próximo ano para os trabalhos da câmara.
7 E eu queria passar a palavra a Ana Toni, a nossa presidenta, para que ela dê as boas-
8 vindas e inicia os trabalhos.

9 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – Obrigada,
10 Marcela. Não, obrigada a todo mundo, bem-vindos a todos. Tem muita gente online, sem
11 as carinhas, então, a gente não sabe quem está online. Então, talvez seja legal só passar
12 quem está aqui, só para a gente saber quem está aqui, já que a gente está se conhecendo
13 ainda, não tivemos oportunidade aí todos e todas. Mas agora já estou vendo algumas
14 carrinhas, mas se a gente puder só passar rapidinho quem está aqui, a gente já se
15 apresentou da última vez, mas acho que ia ser legal então vamos começar do lado de cá
16 então, por favor.

17 **O SR. WELISSON (Secretário de Meio Ambiente de João Pessoa)** – Boa tarde a todos,
18 Welisson, secretário de meio ambiente de João Pessoa, do fórum CB27, satisfação estar
19 aqui com os colegas.

20 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Boa tarde. Sou Cris...

21 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – Obrigada.
22 Thiago.

23 **O SR. THIAGO LONGO (Secretaria Nacional de Mudança do Clima)** – Boa tarde a
24 todos, Thiago Longo, aqui da Secretaria Nacional de Mudança do Clima, coordenador-
25 geral de Governança Climática.

26 **A SRª PAULA BONETTI (Agricultora Familiar - CONTAG)** – Paula Bonetti, agricultora
27 familiar. Estou aqui representando a CONTAG, a Confederação Nacional dos
28 Trabalhadores e Agricultores Familiares.

29 **A SRª ANA PAULA PARTES (Diretoria de Oceano e Gestão Costeira/ Secretaria de**
30 **Mudança do Clima) – Boa tarde...**

31 **A SRª CLÁUDIA LINS – A gente não escuta devido... Essa é a segunda vez que alguém**
32 **fala boa tarde, mas depois não... A gente não escuta quem ela... quem é.**

33 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática) – Então,**
34 **vamos lá de novo, Ana Paula.**

35 **A SRª ANA PAULA PARTES (Diretoria de Oceano e Gestão Costeira/ Secretaria de**
36 **Mudança do Clima) – Oi? Estão ouvindo?**

37 **A SRª CLÁUDIA LINS – Sim, sim, agora sim.**

38 **A SRª ANA PAULA PARTES (Diretoria de Oceano e Gestão Costeira/ Secretaria de**
39 **Mudança do Clima) – Ana Paula Prates, da Diretoria de Oceano e Gestão Costeira, da**
40 **Secretaria de Mudança do Clima, aqui do Ministério do Meio Ambiente.**

41 **A SRª. MÁRCIA REGINA MUCHAGATA (Ministério de Desenvolvimento e**
42 **Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS) – Boa tarde, Márcia**
43 **Muchagata, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério**
44 **do Desenvolvimento Social.**

45 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática) – Obrigada,**
46 **o JP chegou aqui. JP, por favor.**

47 **O SR. JOÃO PAULO MELLO AMARAL – TITULAR (Instituto Alana) - Perdão, a gente**
48 **estava tentando imprimir um documento ali em cima, mas é JP Amaral, do Instituto Alana**
49 **e também representante da Coalizão Clima Criança e Adolescentes.**

50 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática) – Obrigada,**
51 **JP. Agora vamos para o online, quem quiser puxar aí, Rubinho, quer puxar aí?**

52 **O SR. RUBENS BORNO (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para**
53 **Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Boa tarde. Rubens Borno, da Fundação Esquel,**

54 Conselheiro do CONAMA, em nome do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais
55 para Desenvolvimento e Meio Ambiente, FBOMS. Boa tarde.

56 **A SRª JUSSARA CARVALHO (Abema)** – Boa tarde, Jussara Carvalho, pela Abema,
57 representando o Estado de São Paulo.

58 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – Oi, Jussara,
59 tudo bem?

60 **A SRª CLÁUDIA LINS** – Boa tarde, boa tarde a todas e a todos. Meu nome é Cláudia
61 Lins e eu estou representando a Confederação Nacional de Municípios aqui em Brasília
62 mesmo.

63 **A SRª. JULIANA BORGES DE LIMA FALCÃO (confederação Nacional Da Indústria**
64 **– CNI)** - Boa tarde, Juliana Falcão, CNI, gerente de Clima e Energia.

65 **A SRª. EIRCA VIEIRA MARCOS (Gerente Executiva Ambiental da Confederação**
66 **Nacional do Transporte – CNT)** - Boa tarde, meu nome é Erika Matos, eu sou Gerente
67 Executiva de Meio Ambiente da Confederação Nacional do Transporte.

68 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Agora tem
69 JT, MC e os outros, por favor.

70 **SR. MÁRIO CARDOSO – TITULAR (Confederação Nacional da Indústria - CNI)** -
71 Mário Cardoso, gerente de recursos naturais, aliás, boa tarde a todos. JP, Marcela,
72 Secretária. Não sou membro da Câmara, mas sou representante da CNI, no CONAMA.

73 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Próximo,
74 próximo.

75 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
76 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - O restante, Ana, é o pessoal da equipe do CONAMA
77 que está aqui de apoio. Está faltando alguém para se apresentar?

78 **A SR^a JULIANA REIS (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos**
79 **do Espírito Santo)** - Olá, boa tarde a todos. Desculpa o atraso, cheguei agora, é
80 momento de apresentação, não é? Sou Juliana, da Secretaria de Meio Ambiente do
81 Espírito Santo. Sou membro da Câmara Técnica também.

82 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Marcela, eu
83 não sei quantos membros da Câmara Técnica estão e somos. Não tenho muito, mas
84 depois talvez a gente possa fazer uma...

85 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
86 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Somos dez membros na Câmara Técnica titulares e a
87 gente está com a presença do fórum completo.

88 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Ótimo!

89 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
90 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Acho que está todo mundo aqui presente.

91 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Então, a
92 gente teve uma primeira reunião, não sei se estavam todos presentes, A gente teve uma
93 primeira reunião e saiu daquela primeira reunião. Acho que foi uma reunião meio
94 introdutória, inicial. Muitos membros, inclusive eu, aqui, tentando entender exatamente
95 ainda como o CONAMA trabalha, como é que faz. Acho que todo mundo teve... Pelo
96 menos eu tive um aprendizado grande aqui, com a ajuda da Marcela também, para
97 entender um pouquinho melhor. A gente tem uma proposta para a agenda [ininteligível]
98 ver se concordam com essa e ver se tem outras. A próxima vez a gente circula antes a
99 agenda para vocês e, se tiver outros temas, a gente já traz para a agenda, mas a gente
100 tem aí para a gente colocar? Então a gente..., não é essa, a apresentação. Isso. É bem
101 simplesinha, mas como a Marcela mencionou, assim, uma das coisas que a gente ficou
102 quebrando a cabeça, já agradecendo aqui o JP, porque o JP mandou um insumo, não
103 sei se foi circulado, já foi circulado para todos? Não, mas mandou um insumo, e talvez o
104 JP possa contar para a gente um instrumento bastante interessante e hiper complexo de
105 muitos temas que poderia a Câmara Técnica olhar, priorizar. Era uma lista grande, não

106 é, do JP. A gente olhou, analisou a lista que o JP, daqui a pouco ele introduz um pouco
107 mais de detalhes para a gente, e a gente olhou assim, até que ponto algumas sugestões
108 lá eram tecnicamente pertinentes, ou se era de CONAMA ou não era de CONAMA.
109 Fizemos ali uma análise. Pelo menos inicialmente pensamos aí em um filtro de pensar o
110 que achamos que, tirando de lá, seria mais relevante, pelo menos uma primeira sugestão,
111 para a gente começar a priorizar que temas e quando começar a agir aqui nessa nova
112 Câmara Técnica, então. Próximo, por favor. Em termos de sugestão... em termos de
113 sugestão, a gente estava querendo, o primeiro item na agenda é pensar em uma
114 priorização. Não, mais um, ela demora. Bom, mas o primeiro objetivo era priorizar o
115 escopo do trabalho inicial aqui da Câmara Técnica, para a gente começar concretamente
116 a trabalhar nas resoluções. Então, como eu falei, o JP trouxe um insumo, vai poder
117 introduzir aqui para a gente. E a gente olhou também, já tem algumas propostas que a
118 gente vai apresentar. Segundo deixar um pouco mais claro qual é o fluxo de trabalho
119 entre nós, como é que a gente vai trabalhar juntos, qual é o fluxo de quem desenha uma
120 resolução. Acho que a Marcela vai nos ajudar a falar como é que normalmente os fluxos
121 das resoluções do CONAMA acontecem, não acontecem. Então, para todo mundo estar
122 na mesma página. E aí a gente pensar em um plano de trabalho. Então, está, vamos
123 priorizar esses três, quatro temas. São essas as primeiras resoluções que a gente quer
124 colocar na mesa. Se todo mundo acordar, quais são? Como é que a gente divide quem
125 vai fazer o quê? Quando a gente vai apresentar o quê? Para ficar concreto. Então, essa
126 é a sugestão da agenda de hoje. Então, só para ver se tem algum outro item na agenda
127 que alguém queira sugerir, alguma modificação na agenda de hoje, alguma outra coisa
128 que a gente não incluiu para a gente conversar hoje. Eu não estou vendo ninguém on-
129 line, se a gente puder monitorar, se tem alguma mãozinha levantada. JP, por favor.

130 **O SR. JOÃO PAULO MELLO AMARAL – TITULAR (Instituto Alana)** - Acho que só
131 pensando aqui, talvez, o plano de trabalho, de forma mais ampla, de temas ou o que a
132 gente quer tratar, pode influenciar essa priorização depois. Só colocaria eles pelo menos
133 próximos, podem ser uma agenda conjunta, e gosto de começar até... Geralmente, o
134 fluxo de trabalho é essa parte mais, de como vamos nos organizar, os ritos, a gente acaba
135 deixando por último, e pode perder qualquer coisa. Começaria por esse, talvez um tema

136 mais fácil aqui de a gente ter uma tratativa, e depois entra no plano de trabalho, escolha
137 e priorização.

138 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – Eu acho
139 que dá ótimo começar com o fluxo, porque acho que isso vai ajudar bastante, mas eu ia
140 manter o fluxo, o plano de trabalho, porque vai depender muito de que temas a gente
141 priorize. Porque, digamos, se a gente escolher o tema, sei lá, licenciamento e emissão,
142 ou o que quer que seja, aí as pessoas que vão ter expertise para a gente saber quem é
143 que vai ficar responsável. Então, sem escolher os temas, não dá para cada um querer
144 participar dos grupos de trabalho. Então, se você concordar, a gente mantém. Então,
145 tudo bem? Vamos começar, então, pelos fluxos de trabalho e pedir para a Marcela
146 introduzir aqui para a gente. Obrigada.

147 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
148 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Está bem. Então, vamos lá. Nós aprovamos um novo
149 regimento recentemente e traz algumas inovações, mas, em regra, a entrada das
150 resoluções continua a mesma, que é uma resolução que pode ser apresentada por
151 qualquer conselheiro do CONAMA, uma minuta de resolução, e ela deve vir
152 acompanhada de uma nota técnica que contenha análise de impacto regulatório ou a
153 justificativa da sua dispensa ou da não necessidade da análise de impacto regulatório. A
154 análise de impacto regulatório é uma legislação recente, então o que todos nós estamos
155 aprendendo a trabalhar com esse relatório, o decreto que estabelece a análise de impacto
156 regulatório traz ali qual que é o escopo do relatório, então, pelo que ela tem que passar
157 e, então, esses documentos iniciais, propositivos, o primeiro lugar pelo qual eles passam
158 é pelo CIPAM. Quando um conselheiro apresenta uma proposta para a Secretaria
159 Executiva, a gente pede o parecer da Conjur e dos Órgãos do Ministério que se
160 relacionam com a temática. Ou, se for o caso, o Ibama, que também está previsto no
161 nosso regimento. A Conjur e o Ibama têm 30 dias para se manifestar. E, com esses
162 relatórios, a gente leva para o juízo de admissibilidade no CIPAM. CIPAM, para quem
163 não conhece, é o Comitê de Integração de Políticas Ambientais, que é um colegiado
164 dentro do CONAMA, que conta com representação de todos os setores, como as
165 Câmaras Técnicas têm dois representantes por setor, e é presidido pelo Secretário-

166 Executivo do CONAMA. Feito o juízo de admissibilidade, o juízo de admissibilidade vai
167 dizer, estão presentes os documentos necessários, os requisitos necessários para a
168 matéria tramitar no CONAMA? A matéria diz respeito a uma competência do CONAMA?
169 Esse tipo de discussão que acontece no CIPAM. Quando é aprovada no CIPAM, a
170 matéria vai para as Câmaras Técnicas, então, o CIPAM direciona para a Câmara Técnica
171 que trata do tema, em casos excepcionais também pode ser que a matéria trate de mais
172 de um tema, e aí teria que pensar se seria o caso de uma análise conjunta ou se ela
173 poderia passar pelo parecer de duas câmaras diferentes, eu digo isso porque a gente já
174 vai discutir mais para frente talvez um dos casos em que a gente tem aí um tema que
175 perpassa mais de uma Câmara. Chegou a Câmara Técnica, a matéria pode já estar
176 madura para uma discussão ser aprovada ou não, ou pode ser que seja necessária a
177 criação de um grupo de trabalho para ouvir especialistas, e que pode ser composto por
178 pessoas que não estão necessariamente na Câmara Técnica, mas que sejam mais
179 dedicadas àquele tema específico. Então, um grupo de trabalho pode fazer sugestões de
180 aperfeiçoamento, pode trazer uma opinião técnica mais específica, e os setores podem
181 indicar os seus especialistas para compor esse grupo. Mas, de qualquer forma, quem
182 delibera para a continuidade do processo dentro do CONAMA é a Câmara Técnica. A
183 Câmara Técnica, aprovando, ainda vai para a Câmara de Assuntos Jurídicos, e a Câmara
184 de Assuntos Jurídicos, e essa é a inovação, porque ela já existiu, aí ela deixou de existir
185 e agora está retornando. A Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos vai fazer análise de
186 constitucionalidade e de formato da resolução, para ver se tem algum ajuste a ser feito.
187 No caso da necessidade de algum ajuste relacionado à legalidade, à constitucionalidade,
188 ela pode recomendar uma alteração de mérito para a própria Câmara Técnica, então,
189 voltaria para o ajuste necessário. Mas a Câmara Técnica de Ações Jurídicas, dizendo
190 que está ok, ela segue para o Plenário, e aí ela vai para a deliberação. Então, esse é o
191 fluxo atualmente. E aí, com relação a como, que a gente vai seguir como, se organizar
192 para ele, pelo que eu escuto dos relatos, quando a matéria chega em discussão já com
193 uma minuta nas Câmaras Técnicas, a discussão é mais produtiva, porque você já tem
194 um texto, mesmo que ele ainda não seja o ideal, porque muitas vezes ele vem ainda
195 precisando de ajustes, você já tem uma base para a discussão, não fica discutindo tão

196 genericamente. Então, a sugestão é que a gente converse nas Câmaras Técnicas com
197 base em minutas.

198 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – Bom, acho
199 que ficou claro qual é o trâmite normal, qual é o processo normal, que é um processo
200 longo, pelo que a gente aqui desenvolveu um processo longo, bastante detalhado, acho
201 que seria legal, Marcela, se você pudesse pegar esse decreto da análise de impacto
202 regulatório e mandar para todos os conselheiros, para todos os conselheiros saberem
203 quem quiser propor alguma resolução, qual é o modelo do que precisa ser proposto, para
204 todo mundo ficar sabendo, seria acho que, seria muito bom. Eu conversei com a Marcela
205 e tem uma coisa que, pelo que ouvi na última reunião que a gente teve, muitos de nós
206 somos muito novos em entender CONAMA, entender o que é a tal da nota técnica de
207 análise de impacto regulatório, já tem um histórico do que passou no CIPAM, do que não
208 passou no CIPAM. Então, assim, alguns de nós conhecem muito, alguns de vocês
209 conhecem muito, outros conhecem menos. Então, a pergunta que acho que a gente
210 agora tem que pensar, primeiro se tiver perguntas aqui para a Marcela poder esclarecer
211 o que for necessário, mas é como é que a gente vai querer trabalhar, porque pelo que eu
212 ouvi da Marcela, tem uma recomendação que é, como ela mencionou, qualquer membro
213 pode agora trazer já uma resolução, seguindo aqui a análise do impacto regulatório e
214 direto lá para o CIPAM, e depois a gente espera esse trâmite e vai chegar alguma coisa
215 nas nossas mãos aqui para a gente poder trabalhar. Ou a gente pode, que é uma outra
216 possibilidade, acordar em dois, três, quatro temas que a gente queira trabalhar juntos,
217 pensar em duas, três pessoas que possam querer de trabalharem juntos já nessa nossa
218 técnica de impacto regulatório, trazer para este grupo antes de levar para o CIPAM,
219 depois leva para o CIPAM e depois segue todo o trâmite. Talvez demore um pouco mais,
220 mas, ao mesmo tempo, talvez tenha um aprendizado nosso em uma nova Câmara
221 Técnica de Justiça Climática, porque muitos dos temas que a gente ainda não sabe
222 assim, exatamente quais os temas que são pertinentes para esta Câmara Técnica, quais
223 os temas que realmente devem ou não devem ser aí regulamentados pelo CONAMA ou
224 não. Então, acho que a gente tem essas duas propostas. Uma é seguir exatamente o que
225 as outras Câmaras Técnicas já seguem. Então, esse é o dado. E a segunda é pensar em
226 dois, três, quatro temas que a gente mais ou menos acorde como prioridade e tem aí

227 duas três pessoas que se já se coloquem eu vou fazer a nota técnica, então, queria só
228 ouvir vocês ou fazer perguntas aqui também para a Marcela, sugestões que vocês acham
229 que é melhor começar direto vamos só nos conselheiros propondo ou vamos tentar
230 trabalhar junto um pouquinho?

231 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
232 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Eu acho que a gente já tem avançado na discussão
233 dos temas prioritários. Eu acho que isso vai ser natural, que a gente avance na Câmara.
234 Isso está acontecendo dentro das Câmaras também. O que eu gostaria de pontuar é que,
235 assim, estamos representando diferentes setores e é natural que existam divergências.
236 Então, esperar que uma minuta esteja a ponto consensual para propor no CIPAM, eu
237 acho que é uma expectativa que ela pode frustrar. Então, o que eu queria dizer é a gente
238 também ter essa flexibilidade de poder chegar em uma minuta que ainda não seja
239 consenso aqui antes de já propor a entrada pelo CIPAM e a gente voltar na Câmara para
240 debater, aprofundar, trazer as divergências, desde que esteja acordado o que você está
241 sugerindo, esse escopo maior de precisamos trabalhar tal tema. Só esse é o caminho
242 que eu sugiro.

243 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – Eu não
244 estou sugerindo um ou outro. Vai ser só um, ou um e o outro. A porta aberta para qualquer
245 conselheiro propor uma resolução e ir direto para o CIPAM, ela está aberta, sempre
246 estará. E espero que proponham. Mas não sei quantos já têm alguma nota técnica. E até
247 que não tenham assim para a gente ir produzindo alguma coisa coletivamente, antes de
248 esperar que alguém, só esperar que alguém coloque na mesa. Então, são os dois
249 métodos, não é um ou outro não. Então, se não ficou claro, é só esclarecendo. Mas queria
250 ouvir a opinião aí de vocês, alguém tem alguma? Para quem já conhece, principalmente
251 quem já trabalhou no CONAMA, vai ser ótimo ouvir a opinião de vocês. E resolução. Isso.
252 Desta Câmara Técnica.

253 **A SRª. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)** - Se tiver
254 alguém falando aí presencialmente a gente aqui on-line não está escutando.

255 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** - Melhorou agora?

256 **A SRª. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios) - Sim.**

257 **A SRª JUSSARA CARVALHO (Abema) –** Agora melhorou, mas o som está muito ruim
258 e está oscilando muito. Então, precisaria ver se dá uma melhorada.

259 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA -** A minha pergunta é se os temas das
260 resoluções que nós iremos propor são de temas desta Câmara Técnica e se esses
261 grandes assuntos, temas, já foram elencados.

262 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática) –** Eu vou
263 responder, esse que é um, que foi na primeira reunião, não é, a gente discutiu um pouco,
264 e que é exatamente isso o que a gente está falando. Essa é uma nova Câmara Técnica,
265 o clima é meio um tema transversal. Então, o que exatamente cabe a esta Câmara
266 Técnica, a gente vai ter que ir fazendo e ir descobrindo no caminho. Por isso, muitos dos
267 temas, por exemplo, que o JP apresentou, que daqui a pouco ele vai ter a oportunidade
268 de apresentar para a gente, alguns a gente achou que não cabiam nesta câmara técnica,
269 cabia em outras. Então, a gente já começou a fazer..., mas eu acho que é o trabalho
270 dessa Câmara Técnica, com a sua vida, ir mostrando o que cabe nessa, o que é exclusivo
271 dessa, versus os outros. A gente não fez um debate conceitual, e achou que era, talvez,
272 começar fazendo, talvez fosse uma metodologia a seguir. Estou vendo a Jussara com a
273 mão levantada. Você estava com a mão levantada, Jussara? É a Cláudia. Desculpa,
274 Cláudia, você.

275 **A SRª JUSSARA CARVALHO (Abema) –** É, eu estava mais abaixei.

276 **A SRª. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios) -**
277 Jussara, pode falar, você já estava há mais tempo.

278 **A SRª JUSSARA CARVALHO (Abema) –** Não, na verdade, Ana, sabe o que eu ia te
279 perguntar? A apresentação está parada na lâmina da agenda, que tem esse puzzle aqui
280 no canto direito. Eu não sei se o fluxo dos trabalhos, por exemplo, tem uma lâmina
281 específica. Para quem não fez parte de outros momentos, vamos dizer, e não tem a
282 familiaridade com esses fluxos, seria legal a gente, pelo menos, poder ver, não é? Ter
283 uma lâmina onde a gente visse esses fluxos para poder participar da discussão, porque

284 fica difícil a gente pensar em alguma coisa quando a gente não conhece mesmo o fluxo
285 e não está vendo como que ele é. Embora vocês tenham falado, mas não deu tempo de
286 anotar tudo, enfim.

287 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
288 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Tranquilo, olha, a gente não tem uma lâmina, mas eu
289 me comprometo a enviar para vocês também depois dessa reunião para ficar um
290 desenho mais claro. De qualquer forma, eu posso repetir para você as etapas de forma
291 bem simplificada. Existe um juízo de admissibilidade, quando é proposto por algum
292 conselheiro, que é um Órgão que se chama CIPAM, antes de vir para a Câmara Técnica.
293 Então, o que a gente está discutindo aqui, que é uma proposta da Ana, é que, como a
294 gente ainda não tem nenhuma proposta tramitando, que da Câmara Técnica surja um
295 grupo de trabalho, por exemplo, com três membros que possam elaborar, a partir dos
296 temas comuns que a gente definir aqui, a minuta, a nota técnica, para apresentar de uma
297 forma conjunta para o CIPAM, para entrar no fluxo do Conselho. Antes de esperar a gente
298 ficar aqui parado esperando chegar uma minuta, é isso.

299 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Mas,
300 Jussara, se eu entendi direito, Marcela, me corrija aqui. As etapas são, primeiro, um
301 conselheiro ou uma conselheira escreve uma nota técnica de análise de impacto
302 regulatório, que já tem um decreto que fala o que é isso. Tem que seguir lá o by the
303 books. Esta nota técnica vai para um Órgão chamado CIPAM, que vê se essa proposta
304 de resolução está dentro do que o CONAMA deve e pode fazer. Terceiro passo, se o
305 CIPAM falar que está, legal, volta para a Câmara Técnica, volta para todos nós aqui.
306 Porque aí, sim, a gente vai ler o que esse conselheiro escreveu e vai poder melhorar, vai
307 poder ouvir especialistas, até estar todo mundo confortável. Depois de todo mundo
308 confortável, a gente manda para uma outra Câmara de Assuntos Jurídicos. Os assuntos
309 jurídicos, fazem a análise deles, se eles estiverem felizes, manda para o plenário do
310 CONAMA, que aí aprova ou não aprova aquela regulamentação. Acho que esse é o
311 roteirinho da burocracia que anda assim. Acho que é isso, não é?

312 **A SR^a. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)** - Eu
313 posso, Marcela...

314 **A SRª JUSSARA CARVALHO (Abema)** – Só uma dúvida, só uma dúvida. O juízo de
315 admissibilidade não é uma análise jurídica?

316 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – É também,
317 se eu não entendi, a Conjur e o Ibama também dão os pareceres deles nesse momento.

318 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
319 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - É, ela é uma análise jurídica prévia. Então, ela vai dizer
320 que está seguindo o que é necessário para uma resolução estar aqui, mas ela não vai
321 entrar no mérito da resolução. E essa resolução, ela vai sofrer, possivelmente,
322 modificações nas Câmaras Técnicas. Por isso que ela depois vai passar pela análise da
323 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.

324 **A SRª JUSSARA CARVALHO (Abema)** – Ok. Obrigada.

325 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Obrigado,
326 Jussara. Cláudia?

327 **A SRª. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)** - Está, é
328 só uma questão, Jussara. Depois que sai da Câmara Técnica, vai para o plenário do
329 CONAMA, e aí que você vai ter se aprovado uma resolução com uma redação final, e
330 essa sim que vai lá para a questão de assunto jurídico, para ver se a redação está
331 legalmente de acordo, se está tudo ok, não é? Porque a gente nas Câmaras Técnicas na
332 plenária é uma questão mais técnica não é, então, essa questão jurídica, técnica do ponto
333 de vista ambiental, enfim, de cada setor, e aí, por fim, vai para...

334 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
335 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - A adequação jurídica é antes do plenário, está?

336 **A SRª. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)** - Antes
337 do plenário? Mas quando sai do plenário ele ainda vai para algum outro lugar, que eu
338 lembro eu estou...

339 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
340 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - O plenário é a deliberação final.

341 **A SR^a. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)** - Sim, do
342 ponto de vista técnico, mas tem uma formatação, tem algo final que vai para depois da
343 plenária, não tem?

344 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
345 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Não, aí vai para a publicação, mas não tem uma
346 análise...

347 **A SR^a. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)** - 100%?
348 Porque todas as vezes que a gente estava votando, falava, “gente, não se preocupem
349 com adequação”, é porque às vezes ficava uma discussão muito, “ah, mas isso aí vai
350 querer dizer outra coisa, essa palavra está implicando”... E aí, algumas questões falaram,
351 “gente, a gente não tem que se preocupar nas votações com isso, porque tanto a questão
352 de redação e questões jurídicas são vistas após a norma final”, porque mexe muito, então
353 ela, que eu lembro, não sai da plenária para a publicação, sempre tinha alguma revisão.

354 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
355 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Eu acho que ... É, pelo regimento, a regra é que depois
356 da Câmara Técnica, a Câmara de Assuntos Jurídicos se pronuncie, mas eu entendo o
357 que você está colocando e faz sentido que o pleno não tenha que discutir questões
358 jurídicas muito específicas, que quando tem uma adequação jurídica isso possa ser feito.

359 **A SR^a. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)** - É
360 porque mexe muito, não é? Mexe muito. Mas eu nem ia falar sobre isso, não. É só para...
361 Porque, para mim, esse era um rito. Porque a gente nas plenárias mexe muito. Eu estou
362 na confederação já há dez anos e já entrei, já tirando esse período que a gente perdeu a
363 nossa vaga, do governo passado, mas desde 2014 que eu participo do CONAMA, é, e
364 para mim é muito novo isso, pelo jeito para todo mundo, não é, mas de primeiros os
365 membros proporem algo, tentar rascunhar alguma coisa, tipo assim, a gente está
366 caçando o trabalho, não é, digamos assim, eu sei que tem muito trabalho a ser feito, mas
367 a gente tentar inovar no rito, o meu receio seria no sentido de a gente ter um esforço de
368 trabalho, pensando em tem um tema, pensando em uma minuto, em um impacto
369 regulatório, para depois, lá no CIPAM, ou ainda antes, não é, falar, “olha, isso aqui não é

370 admissível”, ou, de repente, “isso aqui já existe, já tem uma resolução”, porque o que que
371 eu imagino que deveria ser feito agora, como, se é viável ou não, eu não faço ideia, mas
372 muita das resoluções que hoje já são discutidas em outras Câmaras Técnicas, eu
373 entendo que a gente teria que ver, primeiro, o que já existe, ter esse balanço, não sei se
374 isso é possível, porque a votação até hoje do CONAMA ainda é levanta mão, não é?
375 Então, não sei se a gente tem algum banco de dados mais sistematizado, informatizado,
376 onde a gente consiga fazer buscas por temas que a gente sabe que tem a ver diretamente
377 com mudanças climáticas, e ver esse tema aqui de transporte, de emissões, de resíduos,
378 de qualquer, sabe, umas coisas mais assim, eles têm a ver diretamente com a questão
379 climática, com questão de para a justiça climática, enfim, enfim, pensar no que já existe
380 para evitar que o que está sendo debatido e tem a ver com o tema da nossa Câmara,
381 não passe direto para a plenária. Eu sei que, não sei se a gente pode mudar isso, se
382 retroage, não é, porque a partir do momento de repente foi dito, vai passar por duas
383 Câmaras técnicas, três ou uma, enfim, não sei se a gente pode adentrar nas discussões,
384 se for a nível de Congresso, por exemplo, falar vai passar nas comissões tais e tais e é
385 terminativa ou não, enfim, não estou problematizando, a minha preocupação é no esforço
386 da gente gerar agora uma resolução que lá na frente pode não vingar, a gente possa
387 perder o bonde andando de discussões que estão sendo feitas em outras Câmaras, sabe,
388 e que são importantes da gente trazer para o nosso olhar, não sei se é viável ou não,
389 deixo com vocês, mas se quiserem também propor algo novo, que a gente acha que é
390 novo, de repente não é, que essa é a minha provocação aqui, não é, que a gente tem
391 tantas câmaras outras também transdisciplinares, não é, transversais nas outras. Eu
392 também estou à disposição, eu somo com vocês, eu só quis fazer essa preocupação por
393 medo de ter tempo e trabalho desperdiçado e por perder a oportunidade de estar
394 discutindo outras resoluções que também estão em outras Câmaras Técnicas, não é,
395 mais isso.

396 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
397 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Olha, desculpa, qual é o seu nome mesmo? Cláudia?

398 **A SRª. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)** - Isso,
399 Cláudia.

400 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
401 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Só para fazer um esclarecimento, as outras câmaras
402 também estão se organizando, hoje a gente tem poucas matérias que não tem relação
403 com a questão de justiça climática, especificamente tramitando no conselho, é um tema
404 novo, não é? Inclusive o Ministério, acho que logo em seguida a Ana vai fazer uma
405 apresentação dos temas que ela já identificou como temas que poderiam ser
406 regulamentados e revisados na perspectiva das mudanças climáticas. E aí acho que a
407 gente vai ter já alguns exemplos de temas que a gente poderia avançar. E o exercício é
408 justamente o que você está propondo. A gente refletir sobre as competências do
409 CONAMA e buscar esses temas que seriam específicos dessa Câmara Técnica. Então,
410 acho que, no passo seguinte, talvez você tenha mais elementos para refletir se faz
411 sentido ou não.

412 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – Só para
413 complementar o que a Marcela fez, não sei se tem algum lugar onde a gente olhe todas
414 as resoluções do CONAMA e pode fazer um Search do que é possível com a ligação com
415 o clima. Acho que não existe isso, não. A palavra-chave é... Acho que ainda não existe,
416 não. Mas o que a gente fez foi conversar principalmente com os colegas do Ibama, com
417 outros colegas aqui dentro, tentando ouvir também deles, que são as pessoas que depois
418 vão implementar muitas dessas resoluções também, as pessoas que fazem mais
419 licenciamento, o que já tem e o que poderia ser útil, como é que a gente começa. As
420 propostas que a gente vai estar trazendo são coisas que vocês vão perceber que assim,
421 talvez elas não decolem, mas a gente fez baseado já com algumas indicações de
422 necessidade. Agora é a gente fazer o trabalho, escrever uma nota técnica, fazer esse
423 Search aí, ver se tem outras resoluções parecidas. Mas esse foi um pouco a tentativa.
424 Porque a gente não tem uma coisa para o clima e todas as resoluções. Acho que tem
425 mais uma pessoa on-line, depois eu passo para você. Juliana, por favor.

426 **A SRª. JULIANA BORGES DE LIMA FALCÃO (confederação Nacional Da Indústria**
427 **– CNI)** – Obrigada, Ana. Não, era justamente isso que eu ia perguntar, porque, como não
428 participei da primeira reunião, se a gente já tinha clareza sobre o escopo da Câmara,
429 você falou algumas vezes que é uma Câmara nova, que a gente começou a discutir o

430 fluxo sem saber exatamente qual é o nosso escopo, do que a gente vai falar, quais são
431 os grandes temas. E eu entendo que não adianta a gente querer sugerir alguma
432 resolução se a gente não tem um entendimento aqui, enquanto grupo, das áreas que a
433 gente vai atuar. Era isso, acho que vocês já esclareceram que vocês vão apresentar
434 agora a sugestão de temas, é isso? Eu acho que ficou bem invertida a conversa, não é?
435 A gente está discutindo fluxo, discutindo um monte de coisa e não falou sobre o nosso
436 escopo, o nosso escopo de trabalho. Era só isso, obrigada.

437 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
438 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Eu queria reforçar, nós recebemos da Sociedade Civil,
439 pelas mãos do JP, alguns temas que eles sugeriram para a discussão, e houve um
440 esforço por parte da Secretaria de Mudança do Clima justamente de olhar para esses
441 temas e pensar o que é competência específica do CONAMA e quais poderiam ser alguns
442 dos primeiros temas que a gente poderia dar passos concretos a fim de começar a pegar
443 um ritmo na Câmara Técnica. Então, eu já me comprometo a compartilhar, junto com a
444 ata dessa reunião, essa proposta da sociedade civil, dizendo que a gente identificou que
445 são temas muito importantes, mas que vieram de uma forma bastante ampla, não é? São
446 grandes temas mesmo, uma agenda que poderia entrar nessa Câmara Técnica. E o
447 esforço que a Secretaria vai mostrar para vocês é justamente de tentar aterrissar um
448 pouco esses temas, não é? E aí identificar onde poderiam haver resoluções específicas
449 com relação a esses temas, para a gente poder dar esses primeiros passos.

450 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – Fazendo
451 uma intervenção, queria ouvir o nosso colega de João Pessoa, por favor.

452 **O SR. WELISSON (Secretário de Meio Ambiente de João Pessoa)** – Boa tarde, me
453 escutam bem? Acho que dentro do escopo de fluxo de trabalho ou de plano de trabalho,
454 seria importante que a gente ouvisse os desafios de quem implantou até, então, seus
455 planos de ação climáticas, seja nos municípios, seja nos estados. Nós temos pouco mais
456 de 12 municípios com a implantação de seus planos de ação de ação climáticas
457 concluídos e muitos foram desafios para a sua realização e ainda mais para a execução.
458 Assim como a sociedade civil também deve ter os seus anseios, e os desafios e as
459 perspectivas para a implantação das ações de mitigação das mudanças climáticas, eu

460 acho que nós podemos partir de um diagnóstico, além do que foi proposto, do diagnóstico
461 de levantamento de resoluções sobre o tema, das frentes de trabalhos que já estão sendo
462 realizadas, seja pelo Ministério do Meio Ambiente, Governo Federal, seja pelos Governos
463 Estaduais e pelos Governos Locais. Nós já temos esses trabalhos sendo realizados, acho
464 que aqui, como nós temos um público é multidisciplinar e representativo de todas as
465 entidades, acho que nós podemos trazer esse levantamento do que está sendo realizado
466 pelos entes federados até então e, sobretudo, destacar os desafios que nós tivemos, que
467 nós enfrentamos para a execução dos planos de ação climática, para promover a justiça
468 climática. Então, essa participação da sociedade, cada entidade, cada ente que realiza o
469 seu plano de ação climática, talvez tenha realizado de uma forma discricionária, nós não
470 temos uma diretriz, o papel do CONAMA é exatamente deliberar e normatizar a forma de
471 realização desses planos. Então, em João Pessoa, por exemplo, nós enfrentamos
472 discussões, enfrentamos polêmicas, enfrentamos críticas, em relação à forma como foi
473 conduzida o Plano de Ação Climática, sobretudo com a sociedade civil. A falta de
474 participação não teve, quantas oficinas foram realizadas, a dificuldade que nós tivemos
475 de convocar a sociedade para despertar sobre essas ações, de que forma foi realizada.
476 Então, eu posso falar por João Pessoa, os desafios que nós tivemos de 2021 até então,
477 em um ano e meio nós realizamos todos os trabalhos que foram realizados, sem
478 nenhuma diretriz, seja do governo federal, seja do próprio CONAMA. Então, diante desse
479 diagnóstico, nós poderemos trazer depoimentos para traçar diretrizes e um plano de ação
480 para que estimular os municípios e estados a seguir um parâmetro para a execução dos
481 seus planos de ação climática, promovendo assim a justiça do clima.

482 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – Obrigado,
483 acho que esse depoimento é superimportante e talvez estilo só pra para deixar bastante
484 transparente também. Tinha duas maneiras de começar essa Câmara. Uma era a gente
485 ter um debate exaustivo sobre o escopo, o conceito do que esta Câmara é, quer ser, o
486 que é tema desta Câmara e não da Câmara do lado, as outras..., quantas são as outras?
487 As outras cinco, o que cabe a esta e não às outras cinco. A gente poderia começar desta
488 maneira. A proposta que a gente trouxe é começar fazendo e não começar teorizando o
489 que pode ser ou não ser. É um outro caminho, não é melhor ou pior. É simplesmente
490 tentar ir um pouco na prática por duas razões. Primeiro, porque é uma emergência

491 climática e o tema de justiça climática requer uma certa urgência. E tem coisas que estão
492 muito claras, que precisam ser trabalhadas e que provavelmente o CONAMA é o lugar
493 certo para isso. Inclusive, você vai ver que uma das propostas tem a ver exatamente com
494 esse guideline para municípios que queiram fazer alguns planos. Tem exatamente a ver
495 com isso. Então, assim, a ideia é começar fazendo. Agora, se a gente precisar, e se a
496 maioria preferir que a gente tenha um debate mais amplo, gastar uma reunião, duas
497 reuniões deste fórum aqui, para ter um debate mais amplo sobre potenciais escopos ou
498 áreas, podemos fazê-lo, eu não quero impedir, logicamente, o que todo mundo faz, quero
499 ter a oportunidade de mostrar os três primeiros temas que a gente está sugerindo, e daí,
500 se as pessoas não estiverem confortáveis de a gente andar com eles, a gente dá um
501 passo atrás e tem um debate mais amplo sobre escopos. Se vocês concordarem, estou
502 vendo que o Rubinho está com... Rubinho, por favor, e depois a gente tenta apresentar
503 alguns dos temas.

504 **O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil) - Boa**
505 tarde, agora. Não, me parece bastante razoável. Eu não sei se é meu defeito de formação
506 de ter sido engenheiro, e eu gosto muito, como engenheiro civil, tem que ter o plano, tem
507 que ter o projeto, e, durante a obra, as coisas vão acontecendo, e, às vezes, obviamente,
508 isso é plano, tem que revisar, ajustar o plano conforme a gente vai caminhando. Então,
509 não acho que a gente tem que fazer um cavalo de batalha sobre quão amplo ou quão
510 mais restrito é o plano. Nós temos temas que interessam, ou que são de atribuições. Nós
511 não vamos discutir agora, concordo contigo, dessa Câmara Técnica. Pela
512 transversalidade do tema de clima, obviamente, se não todos, vários dos temas que vão
513 surgir nessa Câmara Técnica Vamos ter que se objetar talvez de algum debate em outras
514 Câmaras Técnicas, antes de passar por comissões técnicas e a plenário. Eu entendo
515 que, obviamente, o produto, a eficácia do CONAMA, se dá na forma de resoluções, mas,
516 para chegar até lá, nós precisamos também ter o amadurecimento e ter o diálogo. Então,
517 eu prefiro isso que você está colocando, Ana Toni, de a gente... Podemos ter um plano
518 de trabalho, que nós vamos discutir daqui a pouco, amplo, mas, na verdade, eu, assim
519 como engenheiro, tendo um plano de trabalho, esse método assim, vamos escolher as
520 duas ou três prioridades pelas quais a gente vai começar a trabalhar e, talvez, ao longo

521 do começo do ano que vem, nós vamos poder pensar em um cronograma e em uma
522 fixação de prioridades dos demais temas que vão constar no plano. Obrigado.

523 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Obrigada.
524 Tenho certeza de que foi um confortável para a gente poder caminhar. E daí, se no final
525 não tiver..., Jussara está com a mão levantada? Por favor, Jussara.

526 **A SR^a JUSSARA CARVALHO (Abema)** – Ana, eu acho o seguinte, acho que a gente
527 deve partir para os pontos que você trouxe, esses três primeiros temas, mas acho que a
528 gente devia pensar também em gastar uma reunião apresentando o que o governo já
529 está planejando para o clima. Então, assim, a gente tem o plano de clima, eu não sei se
530 todo mundo está sabendo o que está sendo proposto. Então, como o colega falou agora
531 há pouco, o Vinícius, eu acho, saber como que vai fazer um plano, acho que não é o
532 CONAMA exatamente que vai falar isso, mas como que esses planos, essas iniciativas
533 que o Governo Federal está tendo, como é que elas vão avançar e como é que vai chegar
534 nos municípios. Isso, acho que a gente deveria gastar uma reunião com essas
535 apresentações, porque tem muita coisa que está sendo feita, que está sendo planejada
536 e que vai impactar positivamente no nosso trabalho.

537 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – Excelente
538 ideia! Agradeço, até porque, não é, a gente está fazendo um monte de coisa lá na
539 Secretaria e a gente adoraria ter a oportunidade de apresentar. E foi com esse olhar do
540 que está sendo pensado de política pública, de regulamentação, que já estava na
541 proposta, por exemplo, do JP, que a gente falou assim: Ah, a gente já estava pensando
542 como política pública, então, cabe ou não cabe no CONAMA, ou em política pública.
543 Então, assim, acho que se precisar chamar uma reunião extraordinária, acho que, na
544 próxima reunião, a gente apresenta o que o governo como um todo está pensando em
545 termos de política climática, o que está sendo proposto, qual o escopo, e acho que isso
546 vai ser realmente muito útil. Então, certamente. Obrigada.

547 **O SR. WELISSON (Secretário de Meio Ambiente de João Pessoa)** – Jussara, não
548 quero jogar um banho de água fria, mas também é para recordar e afirmar, assim, que
549 foi muito bom, na verdade, a primeira reunião foi feita, essa apresentação, aquele

550 organograma, não foi? Foi, teve aquele slide que tinha trazido, que eu acho que foi agora
551 sim, foi quantos meses atrás? Para mim, eu até tinha conectado, pelas desculpas que
552 agora entendi, que talvez realmente a priorização dos escopos de trabalho era para ser
553 definidas quais os temas que a gente vai tratar para depois entrar no fluxo de trabalhos
554 deles. Mas, para mim, era muito entendimento dessa frequência das reuniões que a gente
555 vai ter, que acho que tem que criar mais cadência, porque já faz muito tempo essa
556 primeira. É, então, e nessa a gente chegou a ver esse esquema. Agora, muita coisa nova
557 deve ter acontecido, inclusive com relação ao SIM, deve ter avançado no SIM. Isso vai
558 ser importante sempre ter na agenda do que foi falado sobre discutir o escopo, a gente
559 realmente entender como que as outras instâncias que estão deliberando ou propondo,
560 recomendando sobre as medidas de clima no governo, este governo vai bater ou não
561 com o que a gente está fazendo aqui. É uma coisa nova, então, faz sentido. O nosso
562 plano de trabalho, que depois a gente vai poder falar um pouquinho, entra também em
563 uma parte de justamente discutir o escopo, competências da CT de Justiça Climática.
564 Então, mas, só para dizer que acho que teve essa primeira etapa lá atrás, talvez o que a
565 gente precise é uma atualização constante de como os outros Órgãos, principalmente o
566 SIM, estão trabalhando. Isso vai ser bem importante mesmo.

567 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – Isso mostra
568 que estou ficando velha. Eu nem lembrava que já tinha feito a apresentação, mas, então,
569 é isso. Primeiro, a gente podia circular a apresentação que já foi feita sobre a política
570 climática para os membros que não estavam e os membros que esqueceram, assim
571 como eu própria, que esqueceram. Então, a gente podia circular para todo mundo. E,
572 talvez, em toda reunião, no começo, a gente pode contar novidades da política climática
573 para deixar esta Câmara sempre atualizada, se tem coisas novas, o que está
574 acontecendo. Então, a gente pode sempre ter esse item na agenda de atualização.
575 Perfeito, tem mais uma pessoa com a mão levantada. Magda, por favor.

576 **A SR. MAGDA MARINHO** - Oi, boa tarde, aqui é a Magda Marinho do Ceará. Era
577 exatamente esse ponto que você colocou agora, a Jussara falou, por essa solicitação,
578 me lembrei que na última reunião, que foi em julho, se não me engano, dia 13 de julho,
579 foi apresentado algumas ações e, de fato, faz tempo, e a minha sugestão era essa, era

580 da gente ter uma atualização, não é, porque de lá para cá muita coisa foi feita e em toda
581 reunião ter também essa atualização, não só para a gente poder saber, mas para a
582 Câmara não ensejar um retrabalho, a gente está fazendo coisas, ou pensando assuntos
583 que já estejam sendo tratados a nível de Governo Federal, para que os estados saibam
584 como se encaixar, como contribuir, ou também tomem como inspiração algumas ações,
585 não é? Então, eu concordo com o que a Jussara falou, com o que você falou, de a gente
586 ter essa atualização e estar ciente sempre do que está acontecendo em âmbito federal. E
587 também sugerir a questão do calendário de reuniões, porque, de fato, a nossa reunião
588 foi em julho e teve essa agora em novembro. Seria interessante que fosse elaborado e
589 liberado um calendário de reuniões. Não precisa ser um tempo periódico, a cada dois
590 meses ou três meses, mas que a gente pudesse ter uma ideia de quando vão haver as
591 reuniões. Era mais uma sugestão também. Obrigada.

592 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Ótimo que
593 já estão surgindo sugestões muito boas para o plano de trabalho e para como é que a
594 gente vai trabalhando juntos. Então, eu ia pedir para se pudesse passar o próximo, para
595 a gente assim... E, de novo, o que a gente fez? E í, JP, em seguida, se você pudesse
596 contar um pouco mais do que você sugeriu, depois vai ser circulado. A gente olhou a lista
597 que o JP mandou, que sei lá, eram uns 20 temas, mais ou menos, que era o heading de
598 20 temas. A gente considerou essa lista. A gente conversou, como eu falei, aqui dentro
599 do MMA e com os Órgãos do Ibama, em particular, e do ICMBio. Procuramos saber o
600 que eles achavam que poderia ser útil daquela lista que foi apresentada. Obviamente,
601 tem alguns temas que estão muito candentes na sociedade. Então, a gente tem aí uma
602 inicial proposta, vou sublinhar a palavra inicial, que a gente pensou que esses três temas
603 poderiam, para a gente poder começar. O primeiro é revisar, que é um pouco acho, que
604 no espírito do que a Cláudia mencionou, de olhar o que já tem e o que precisa ser
605 melhorado. Então, a primeira sugestão é fazer uma revisão dessa resolução do CONAMA
606 482-2014, sobre eólicas *onshore*, e incluir os aspectos sociais dessa resolução. Por
607 coincidência, a pessoa que estava à frente de escrever essa resolução na época, é o
608 próprio Rodrigo Agostinho, que agora é presidente do Ibama, e ele próprio mencionou
609 que, quando eles escreveram essa resolução em 2014, as salvaguardas sociais não
610 foram incluídas nessa resolução. E acho que todos nós aqui, pelo menos aqui no

611 Ministério do Meio Ambiente, a gente está vendo o que está acontecendo com alguns
612 projetos de eólica *onshore*, como é que as comunidades que estão muito próximas
613 dessas eólicas estão reclamando muito, estão tendo muitos problemas de saúde. Então,
614 a gente achou que, em vez de inventar uma roda, que é começar uma resolução do zero,
615 que a gente poderia trabalhar... Eu não sei onde está essa resolução, deve estar na área
616 de licenciamento, na Câmara Técnica de Licenciamento, que seria a gente trabalhar junto
617 com eles nessa revisão desta resolução, para ver se tem salvaguardas sociais que
618 deveriam ser incluídas, que não foram na época. Tem que olhar, logicamente, reler, tem
619 que escutar os especialistas, tem que olhar para o que é resoluções parecidas em outros
620 países, para a gente não inventar a roda. Então, teria todo um trabalho para ser feito. E,
621 obviamente, depois seguia isso, essa nota técnica de análise de impacto regulatório
622 novamente, para ver se ela passa ou não passa. Uma das coisas que a gente ficou em
623 dúvida é se há uma revisão, ou seja, uma nova resolução. E se daí as pessoas vão ficar
624 com medo de abrir esse, pandora box, abrir isso e querer rever a resolução inteira, todos
625 os aspectos, só os aspectos sociais. Mas a gente queria trazer isso para esse debate, se
626 vale a pena a gente priorizar, ir conversar com a Câmara Técnica de Licenciamento, se
627 eles estão querendo fazer isso também, se sim, se faremos juntos ou não. Então, esse é
628 um primeiro tema para a gente considerar. O segundo tema, e esse já surgiu na nossa
629 primeira reunião, estava também, obviamente, na lista do JP, tanto o primeiro como o
630 segundo também estavam na lista do JP, que está na cara que muitos dos licenciamentos
631 ambientais que acontecem hoje em dia, não pedem para os técnicos das áreas de
632 licenciamento nenhuma análise sobre emissão de gases de efeito estufa, para qualquer,
633 praticamente, pelo que eu entendi, qualquer uma das áreas, nem na área, sei lá, se uma
634 empresa de química, se é uma empresa de siderurgia, se é uma empresa de óleo e gás,
635 o requisito para os analistas de licenciamento, eles não têm lá no checklist deles nada
636 que peça algo para as empresas colocarem qual é o possível impacto de emissão de
637 gases de efeito estufa. A gente achou que seria muito apropriado começar a fazer esse
638 trabalho, é, obviamente, um trabalho de fôlego, é um trabalho que vai requerer muita
639 dedicação de conselheiros e conselheiras, mas que seria um legado muito importante
640 desta Câmara Técnica a gente pensar se, e como, em que tipo de licenciamento seriam
641 adequados pedir os requisitos de emissão de gás de efeito estufa. Também chegamos

642 com outros, obviamente, ali também no Ibama, e, hoje em dia, os técnicos nos falam.
643 Alguns técnicos acham que é necessário pedir, mas não tem nada para eles, assim, que
644 possa os orientar se pedir, como pedir, para quem pedir. Então, essa é uma segunda
645 possível ideia. E uma terceira possível ideia, e um pouco mais na vertente, que nosso
646 colega de João Pessoa mencionou nisso, que é essa dos planos diretores, se a gente
647 deveria sugerir, não obrigatoriedade, mas guias para planos de adaptação, que é a
648 proposta ali, pôr guias de adaptação e poderia ser de mitigação, planos de clima mais
649 amplos, para ajudar os municípios, os estados, principalmente os municípios que estão
650 fazendo os seus planos diretores, se quiserem incorporar, e espero que queiram
651 incorporar nessas resoluções, mas é dar um pouco desse guia do que seria um guia
652 mínimo que os planos diretores deveriam considerar. A gente pensou principalmente na
653 área de adaptação, porque é onde está pegando muito para os municípios, conversando
654 com muitos prefeitos, é essa área que eles têm pedido muito, mas poderia ser estendido
655 para o plano clima mais amplamente. A gente pensou, olhando aí para o que tinha, que
656 talvez esta Câmara poderia escolher esses três, ou só um ou dois desses, ou qualquer
657 outro tema, para a gente começar a trabalhar, escrever resoluções, escrever aí essa nota
658 técnica de análise de impacto regulatório, a partir desses primeiros temas. Então, queria
659 deixar aí, não sei se JP, como você fez muitos dos inputs que estão aí, queria te dar a
660 palavra primeiro, para você poder reagir, e se tem outros temas da sua lista que você
661 possa apresentar aqui, que você queira incluir para ser considerado também.

662 **O SR. JOÃO PAULO MELLO AMARAL – TITULAR (Instituto Alana) -** É, acho que,
663 como esse... Falaram até que o plano de trabalho poderia ser compartilhado depois da
664 reunião. Justamente, a proposta foi para um objetivo um pouco diferente. O fato, ter uma
665 lista mais extensa, porque era uma proposta, primeiro, como eu comentei, de a gente ir
666 para uma Câmara Técnica nova, de uma agenda nova, inclusive, estabelecida. E quando
667 você olha o histórico de resoluções, realmente não tem um histórico onde se fala de
668 mudanças climáticas. Essa mesma, se não me engano, até acho que o número está
669 diferente. Acho que é 462. Daqui a 482, aparecem outras de 2017. Só para confirmar aí.
670 Acho que é isso, não é? E, está, depois a gente pode olhar. Mas, então, o plano... Por
671 isso que a gente montou, não o JP, mas como as entidades da sociedade civil... 462,
672 não? Como entidades da sociedade civil, para além do nosso grupo de aqui titulares, eu

673 e o Rubens, acho que foi todo o grupo aqui, a gente pensou, bom, é importante
674 apresentar quais são realmente as competências que poderia ter a Câmara Técnica e
675 quais os temas que... A gente começa com temas de agendas de trabalho, no sentido, o
676 que essa Câmara Técnica pode servir. Ela pode servir a promover o debate sobre justiça
677 climática no Brasil, então, responder sobre até mesmo as políticas que devem ir nesse
678 caminho de justiça social, a justiça ambiental, e por aí vai, olhando para a questão das
679 populações vulnerabilizadas, entender sobre isso, até mesmo pensando na competência
680 do CONAMA, que não é só, a gente pensa muito ali no caminho de critérios e normas
681 para o licenciamento ou resoluções, mas a gente também tem formas de, por exemplo,
682 determinar a realização de estudos para entender melhor esses impactos, estabelecer
683 melhor padrões nacionais, enfim, monitoramento, avaliação e cumprimento das normas
684 climáticas, a gente pode fazer isso. Então, estou um pouco nessa instância. Segundo,
685 contribuir para avanços em normatização da política climática pelo SISNAMA, então,
686 como recomendações, não só dentro daqui, mas como as moções ou recomendações,
687 todos os outros atos que o CONAMA pode emitir. E qualificar as políticas climáticas por
688 meio de diretrizes, padrões e regulamentações, como bem está ali na questão de planos
689 diretores, por exemplo, ou no licenciamento ambiental com critérios, e por aí vai em
690 outros atributos. Acho que a gente tem como inovar, que não é... Geralmente, a gente se
691 olhava... Bom, não é matéria, talvez, porque o tema de clima não é ali de licenciamento
692 ou de poluente, um controle de poluente, mas é uma coisa que a gente pode sim inovar
693 até mesmo na forma da política climática e na forma de resoluções do CONAMA. E
694 aprofundamento de estudos e diálogos, como eu comentei. Então, acho que o nosso
695 documento, ele começa com a agenda de trabalho. Depois, os temas de trabalho, que
696 aí, comentando sobre esses três, na verdade, a gente faz uma lista mais extensa do que
697 a gente acredita aqui. Até para deixar um legado dessa Câmara Técnica, do primeiro
698 mandato dessa Câmara Técnica, para um documento que permeie para outras agendas.
699 Poxa, lá atrás eles pensaram em um plano de trabalho que realmente tem uma lista
700 extensa de tópicos que cabem para dentro dessa Câmara Técnica de Justiça Climática,
701 que não quer dizer que vai ser a prioridade para o primeiro ou para o segundo ano, mas
702 pode ser a prioridade ou pode ser um tema que vai ser tratado daqui a cinco anos. Então,
703 o plano de trabalho era para dizer o que achamos que cabe dentro do escopo. Por isso

704 que ela foi uma lista mais extensa, de uns 20 pontos. Falando nesses três e como a gente
705 comenta deles, acho que no primeiro ponto de licenciamento ambiental e clima, acho que
706 concordamos, é de fato uma coisa que está muito atrelada ao escopo do CONAMA, ao
707 histórico do CONAMA, pensar como que isso se garante não só com a análise da
708 emissão de gás de efeito estufa, mas também análise sobre os riscos climáticos, como
709 podem se afetar os eventos extremos, como pode afetar aquele projeto, aquele
710 empreendimento e medidas também de adaptação climática necessária para isso. Então,
711 acho que só ampliaria o escopo ali para além da questão de análise de emissão em si.
712 Até mesmo talvez mostrando naquela parte ali que geralmente os EIA/RIMA, vão ter de
713 dos Co benefícios, dos benefícios sociais, também atrelado a essa questão de como que
714 esse empreendimento pode afetar na questão climática que pode afetar a população, já
715 que a gente está falando de uma Câmara Técnica de Justiça Climática. Dos planos
716 diretores, a gente, apesar de não ter explicitado diretamente, olhando para os planos
717 diretores, mas a gente acredita que pode ser muito interessante colaborar em um
718 processo de colaboração mesmo com governos subnacionais, com orientações,
719 mecanismos, diretrizes, padrões mínimos, uma estrutura mesmo para se pensar a gestão
720 climática de modo geral. Acho que pode ser ali com a inclusão da temática de adaptação
721 e pensando no instrumento do plano diretor, mas eu iria além para realmente
722 recomendações ou critérios para que se possa garantir uma base do que um plano de
723 ação climática do município ou até mesmo do estado possa ter. Acho que esse é um
724 escopo que a gente está, inclusive, deficitário. Temos a iniciativa que a GIZ fez com o
725 governo do estado de São Paulo, por exemplo, do ProAdapta, mas a gente tem uma
726 deficiência mesmo de guia, manuais ou critérios de como que pode ser atribuído,
727 principalmente, para a adaptação climática. O primeiro, apenas na leitura que fizemos,
728 inicial, então, estamos superabertos a entender melhor e somos muito a favor dessa
729 inclusão dos aspectos sociais, mas, no princípio, olhando para três grandes prioridades
730 para marcar o começo da Câmara Técnica de Justiça Climática. Acreditamos que ela tem
731 muito mais a ver com a Câmara Técnica de Controle Ambiental, que podemos trabalhar
732 junto, mas ela é uma agenda de licenciamento ambiental dessa infraestrutura, desse
733 empreendimento, apesar de estar lá nos considerando os efeitos, a importância disso
734 para uma economia de baixo carbono, para redução de emissões, uma energia limpa.

735 Então, é óbvio que faz super sentido a gente se envolver. Mas não achamos que ela é
736 uma matéria de justiça climática stricto sensu e que não precisa ser. Mas acho que a
737 gente pode elencar três prioridades que sejam, de fato, stricto sensu e essa como uma
738 colaboração, então, não sugiro tirá-la, mas como uma colaboração mesmo da CT de
739 Controle Ambiental, que é onde entraria mais stricto sensu o tema de licenciamento. A
740 princípio, são isso. Depois a gente pode falar de outros temas aqui que a gente elencou
741 como prioritário, para não falar muito de uma vez só.

742 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Obrigada,
743 JP. Ótimos insights. Queria ouvir de outros conselheiros, conselheiras aí. Não sei, quem
744 está... Juliana, por favor.

745 **A SRª. JULIANA BORGES DE LIMA FALCÃO (confederação Nacional Da Indústria**
746 **– CNI)** - Obrigada, Ana. Queria fazer alguns comentários aqui. Bom, minha opinião é que
747 acho que faz todo sentido a gente trabalhar nessa questão número 3, planos diretores,
748 inclusão, temática e adaptação. A gente, inclusive, vem trabalhando já com o Ministério
749 nessa temática. Em relação à questão do licenciamento ambiental, é um assunto que
750 vem sendo discutido em alguns estados, inclusive tem um estado que já incluiu essa
751 análise de emissões dentro do licenciamento. A gente está entendendo que, na prática,
752 se você estiver falando pura e simplesmente na questão de inventário de gás de efeito
753 estufa, isso não funciona, porque o empreendimento ainda vai ser construído, ele ainda,
754 a gente ainda vai entender quais são as emissões, então não tem como você calcular
755 previamente essas emissões. Na prática, a gente entende isso, acho que foi o JP que
756 falou sobre risco climático, é uma coisa diferente, eu acho que aí nesse caso o risco
757 climático talvez faça mais sentido. Mas o risco climático, também, eu estou entendendo
758 que o setor financeiro começa a olhar para isso e já vai exigir de alguns negócios. Então
759 ver se não vamos duplicar esforços, se a gente não vai estar buscando a mesma coisa
760 que já está sendo discutida no setor financeiro. Em relação à revisão da resolução
761 CONAMA, eu confesso que não tenho ainda opinião sobre essa questão. Eu acho que...
762 E eu gostaria de pedir que a gente pudesse ter um tempo para que a gente pudesse
763 amadurecer um pouco mais esses temas, ao invés de tentar fechar hoje e dizer vamos

764 seguir ou não vamos seguir, que a gente pudesse, na próxima reunião, bater martelo em
765 relação a isso. Poderíamos fazer dessa forma?

766 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Certamente.
767 O que a gente quer é só eventualmente chegar a essa prioridade e vamos começar a
768 trabalhar nessas resoluções. Mas, certamente, a gente tem que dar um tempo, até para
769 que muitos dos grupos imaginem que vocês vão ter que consultar outros, não é, então,
770 para que não seja só a cabeça reagir. É isso, acho que precisa mesmo de um tempinho.
771 Jussara, por favor.

772 **A SR^a JUSSARA CARVALHO (Abema)** – Oi. Bom, a gente vai ter esse tempo, não é,
773 Ana? Isso é muito bom, mas eu queria já fazer alguns comentários. Eu acho que seria
774 um grande legado se a gente conseguisse levar essas três questões. São questões
775 fundamentais, são pedras fundamentais que a gente não consegue avançar por falta
776 dessa base. Então, começando pela revisão da Resolução CONAMA, esse é um assunto
777 que a gente tem discutido todas as vezes que a gente tem reunião da Câmara Técnica
778 de Clima da Abema, este assunto surge por causa das fazendas eólicas que tem no
779 Nordeste, em especial no Norte, e os problemas sociais, os aspectos sociais que estão
780 sendo negligenciados nesse processo. Então, acho que cabe muito bem dentro do
781 escopo do trabalho dessa Câmara, porque eu também sempre fico pensando, a Câmara
782 é de justiça climática, não é de licenciamento, mas enfim, tem tanta coisa dentro das
783 mudanças climáticas que deixa a gente meio tonto até de saber. Mas esse item primeiro
784 eu acho fundamental, acho que a gente tem que discutir mesmo. O segundo,
785 licenciamento ambiental, também fiquei em dúvida, se isso não é objeto da outra Câmara.
786 Mas eu não tenho dúvidas de que é uma base importantíssima. Eu, como representante
787 de Estado, a gente não tem análises, não consta nas análises de impacto ambiental ou
788 de licenciamento dos empreendimentos, porque os gases de efeito estufa não são
789 regulamentados. Bom, essa é uma discussão que certamente nós vamos ter, se a gente
790 for fazer essa discussão, tem países que regulamentam, então, nos Estados Unidos foi
791 colocado como gás regulamentado, em outros países não, mas enfim, acho que é uma
792 coisa que a gente tem que discutir, tem que ter uma base, e a gente tem até uma,
793 forçando um pouco, vamos dizer, na medida que isso não é feito, e Cláudia, quem que

794 falou antes, Juliana? Acho que foi a Juliana. Eu queria saber, Juliana, que Estado que
795 está já fazendo licenciamento ambiental pessoal com análise de emissão de gás de efeito
796 de estufa que eu desconheço, não é?

797 **A SRª. JULIANA BORGES DE LIMA FALCÃO (confederação Nacional Da Indústria**
798 **– CNI) - É.**

799 **A SRª JUSSARA CARVALHO (Abema) –** Mas eu gostaria realmente saber.

800 **A SRª. JULIANA BORGES DE LIMA FALCÃO (confederação Nacional Da Indústria**
801 **– CNI) -** O Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, está? Mas não, não, pelo que a gente está
802 entendendo, isso foi definido agora há pouco e já existe muito debate de como na prática
803 está se entendendo que isso não vai funcionar. Eu acho que eles vão rever...

804 **A SRª JUSSARA CARVALHO (Abema) –** É, então...

805 **A SRª. JULIANA BORGES DE LIMA FALCÃO (confederação Nacional Da Indústria**
806 **– CNI) -** Mas vale a pena conversar com eles.

807 **A SRª JUSSARA CARVALHO (Abema) –** Não, pois é, a gente tem feito essa discussão
808 também na Abema e é um assunto muito difícil. Então, acho que seria muito importante
809 a gente trazer esse assunto, até porque a ausência desta discussão e deste tema, Ana,
810 ele traz, sim, um aspecto de justiça climática, quer dizer, não é considerada essa análise.
811 Então, na avaliação dos empreendimentos, simplesmente isso não existe, porque não
812 tem essa regulamentação. Acho que seria uma coisa bem interessante também. Em
813 relação aos planos diretores, eu acho que também é um assunto para a gente discutir,
814 tendo em conta que a gente tem passivos do século XIX, de saneamento, de tanta coisa
815 que a gente, quando pensa em um país como o Brasil, que é um país em
816 desenvolvimento, a gente tem um monte de coisa que a gente pode classificar como
817 adaptação climática, que é esse nosso passivo gigantesco. E aí eu acho que seria muito
818 interessante a gente conseguir, de alguma forma, colocar como justiça climática,
819 considerando especificamente que a adaptação ela é local, e ela atinge as pessoas mais
820 vulnerabilizadas, as regiões mais vulnerabilizadas de todas as regiões, acho que seria
821 muito, muito interessante a gente fazer essa discussão. Então, a princípio, lógico, eu vou

822 consultar, e temos aqui outros representantes da Abema também, vamos consultar o
823 nosso grupo, mas a princípio, eu acho que esses três itens trariam um grande legado
824 para a nossa Câmara Técnica.

825 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Muito
826 obrigada, Jussara. Quem está on-line, depois... Então, Cláudia, depois Márcia. Cláudia,
827 por favor.

828 **A SRª. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)** - Bom,
829 sobre a questão da revisão da resolução CONAMA, eu acho que isso vai ao encontro do
830 que eu estava propondo sobre a questão de a gente já verificar o que tem de resolução,
831 que ou, no caso, precisa ser revista ou que também pode, que deve passar por essa
832 comissão antes de ir para a plenária. Então, acho que isso é bacana. Sobre a questão
833 do licenciamento ambiental, eu acho que a proposta até interessante, mas o que me
834 preocupa é o seguinte, a gente tem um projeto de lei tramitando no Congresso, que vai
835 tornar todas essas resoluções, se não vou dizer que elas vão caducar, acho que não é a
836 expressão correta, mas na hierarquia de normas vai prevalecer, então, acaba que perde
837 a validade e é um projeto de lei que já saiu da Câmara, que está no Senado, que é o
838 2159, que muda muita coisa, que inclusive tem a dispensa de certidão de uso do solo,
839 assim que os municípios emitem, que é extremamente fundamental nos processos de
840 licenciamento ambiental dos Estados e da União, então é um projeto de lei extremamente
841 complicado, bem, assim, difícil mesmo de trabalhar, dados apensados e tudo, e a gente
842 tem visto um, ele correndo contra o tempo nesse segundo semestre para tentar sua
843 aprovação, então, eu não sei até que ponto é viável, é claro que a nível de Congresso
844 você tem algo que está andando no semestre, mas no seguinte para e fica aí dois, três
845 anos parado, mas é só a gente ter em mente que talvez um esforço melhor, e aí não
846 caberia a gente enquanto CONAMA, mas esse é um tema de extremamente importância,
847 o próprio Ministério do Meio Ambiente levar algo nesse sentido para ser inserido nesse
848 projeto de lei, talvez seja algo mais interessante, mais rápido, porque ainda que a gente
849 avance e consiga, e isso ano que vem passe, que eu acho que esse ano não passa, se
850 eu não me engano está pautado para amanhã ou depois na Comissão de Meio Ambiente
851 do Senado, e aí provavelmente como vão, eles vão analisar as diversas emendas, talvez

852 volte para a Câmara ano que vem, mas é um risco que a gente corre, não é? Então, é
853 algo que a gente precisa colocar em mente, não é? Sobre a questão desse projeto de lei.
854 Sobre planos diretores de acordo também, acho extremamente necessário. Agora eu
855 queria, não sei se se cabe propor, ou não, mais um tema, ou uma ordem de prioridade
856 dentre esses temas, enfim, como é que vocês veem essa questão? Mas, quando a gente
857 fala de emergência climática, algo que no Brasil tem acontecido muito, e ainda o novo
858 governo foi capaz de frear, a questão dos incêndios florestais, não só a nível de floresta,
859 não é, mas os incêndios de forma geral, no sentido de outros biomas que também não
860 são floresta. E aí, a gente teve uma polêmica ali em 2020, com um meu ex-ministro, que
861 foi a questão dos retardantes químicos, não é, e talvez eu esteja me adiantando aqui,
862 não é, mas tem um amigo meu, que ele é professor da Universidade de Brasília, e já
863 desde 2018, 2019, ele trabalha com esse tema de como você utilizar retardantes
864 químicos, inclusive, na época, ele deu bastante entrevista por aí, sobre que hoje não
865 existe nada sobre a questão de ser se é seguro ou não para a população, para nível de
866 recursos hídricos, para fauna, para flora, enfim, sobre como é a aplicação dos retardantes
867 químicos para a questão dos incêndios. E eu acho que isso é uma matéria que cabe
868 perfeitamente dentro do CONAMA. Não sei se seria o tema exatamente de justiça
869 climática, mas eu acho que você ter algo que consiga retardar, frear o avanço violento
870 que que é das chamas e na época o impacto foi muito colocada a questão é das
871 populações tradicionais pegar incêndio na chapada é que, não pegar incêndio, mas que
872 estavam e foram expulsa de suas casas por conta do incêndio na chapada dos veadeiros,
873 que acontece todo ano com a pressão agrícola e dentre outras coisas não é, e enfim.
874 Então, eu acho que a gente pode tentar ver pegar esse tema é esse professor ele está
875 em contato com o pessoal do Prevfogo do Ibama é um trabalho conjunto, com o corpo
876 de bombeiros, Prevfogo, uma série de coisas. Não sei se, de repente, eles já trouxeram
877 para o CONAMA, porque ele me procurou essa semana para saber se o CONAMA tinha
878 voltado ou não, porque eles querem regulamentar essa questão e, enfim, é uma pesquisa
879 científica, não é? Eles têm um dado e eles têm essa sistematização. Ele falou, olha, não
880 é um guia de uso. O que que você tem que fazer de diagnóstico antes de usar? Não é
881 aplicar de qualquer forma, pegar um avião e jogar ali o retardante e acabou, não é? Então,
882 tem toda uma coisa que eu acho que cabe perfeitamente no CONAMA, não sei se nessa

883 câmara temática ou não, e eles estão mais maduros, não a nível de minuta de resolução,
884 mas eles estão mais maduros no sentido de estudos técnicos nesse contexto sobre esse
885 tema que é extremamente novo, que na época, em 2020, daquela polêmica com o Salles,
886 na Chapada dos Veadeiros, o próprio Ibama falou: olha, hoje a gente não consegue dizer
887 que o retardante químico é seguro. Agora, 2023 já está mais avançado, então, fica aí
888 uma sugestão também que eu acho que, com a questão das alterações climáticas, a
889 questão dos incêndios eu acho que é uma pauta que a gente tem que colocar como
890 prioridade, e a forma de combater eu acho que é extremamente importante também.

891 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – Obrigado,
892 Cláudia. Acho que a gente pode, se você puder até checar aí com o seu amigo a
893 relevância desse tema, e trazer essa ideia, como a gente vai deliberar na próxima
894 reunião, então, trazer esse insumo seria legal. Eu sei que tem aí um projeto de lei que o
895 Ministério está colocando sobre regulamentação de uso de fogo, não sei o quê, uma outra
896 Secretaria. A gente também vai fazer uma lição de casa aqui para saber onde está e se
897 a coisa dos retardantes químicos está dentro ou não, e aí a gente pode rediscutir essa
898 ideia. Tem a Márcia agora, depois tem mais duas pessoas com a mão levantada, vão
899 pegar esses insumos, a gente não quer deliberar agora, mas queremos dar alguns
900 passos e a gente ainda tem que fazer a eleição do Vice-Presidente, eu queria gastar um
901 pouquinho de tempo também para isso. Por favor, Márcia.

902 **A SRª. MÁRCIA REGINA MUCHAGATA (Ministério de Desenvolvimento e**
903 **Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS)** – Não, é rápido. Eu só queria
904 parabenizar pelas três escolhas, eu acho que tem um leque de coisas por cima, mas eu
905 acho que essas representam muito bem o que a Câmara tem que fazer. Acho que a
906 primeira é extraordinária, se a gente puder fazer alguma coisa sobre esse tema, porque
907 a população do semiárido, muitas comunidades tradicionais, muitas populações rurais
908 estão sofrendo muito com esses empreendimentos e a gente precisa ter uma visão para
909 isso, de como que esse licenciamento é feito, das condicionantes. Eu acho que é bastante
910 importante e eu acho que é emblemático, inclusive, sabe, eu acho que se a gente puder
911 atacá-lo realmente como está ali como prioridade, eu acho que é bastante emblemático.
912 Bom, o licenciamento ambiental incluía a análise de emissão de gases, bom, isso deveria

913 ser para ontem, não é, eu acho que é fundamental, eu acho que, inclusive, é muito
914 corajoso de você estar colocando isso em pauta, sabe? Eu não sei se é nessa Câmara,
915 mas, de toda forma, é uma coisa urgente. Eu acho bem importante que esteja na
916 prioridade. E para os planos diretores também. Eu acho que a gente está vendo os efeitos
917 da emergência climática aqui em várias cidades, as periferias sofrendo de forma intensa,
918 e a gente precisa dar um apoio para que os municípios possam ter seus planos diretores,
919 orientação. Eu acho que o Governo Federal tem esse papel. Assim, eu acho que se a
920 gente conseguir fazer essas três coisas, assim, eu acho que é uma missão muito bem
921 conduzida. Assim, eu entendo que a gente tenha que ter um tempo para refletir. Eu acho
922 que um desafio, inclusive, para o plano de trabalho da Câmara é que, assim, a gente está
923 lidando com a emergência climática e a emergência climática que está aí na nossa porta.
924 Então, a gente tem que conseguir ter um ritmo que ele não seja nem que a gente faça as
925 coisas sem refletir da forma adequada e nem que ele seja lento demais. E nem também,
926 acho que todo mundo aqui tem muitas reuniões, muitas coisas para fazer, então, assim,
927 a gente tem que encontrar uma coisa que seja o meio do caminho, porque a gente não
928 tenha nem tantas reuniões, mas que a gente possa avançar rapidamente, está? Então,
929 assim, eu acho que, assim, quem foi indicado pelo seu ministério, pela sua instituição e
930 tal, sabe? Acho que a gente tem que vir aqui sabendo que é claro que tem coisas que a
931 gente não pode tomar uma decisão na hora. Mas a gente tem que ter o mínimo de
932 celeridade porque a emergência está aí e o governo Lula são só quatro anos, está?
933 Então, a gente tem que apresentar resultado.

934 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Por
935 enquanto, três anos e três meses. A gente está nessa contagem exatamente. Deixar
936 alguma coisa concreta. Obrigada, Marcia. Próximo, Érica, por favor.

937 **A SR^a. EIRCA VIEIRA MARCOS (Gerente Executiva Ambiental da Confederação**
938 **Nacional do Transporte – CNT)** – Oi, obrigada, aqui é a Érica da CNT. Só indo ao
939 encontro da fala da Jussara, sobre a questão de estratégias de adaptação e mitigação
940 com relação ao setor de transporte, a gente teria muito interesse nessa temática,
941 principalmente na territorialização das estratégias, no sentido de fomento da utilização
942 do transporte público, não é, e também de outros métodos de transporte de cargas, por

943 exemplo, no meio da cabotagem, do aquaviário, ferroviário, que vai muito ao encontro do
944 que a gente estava falando sobre o aspecto de licenciamento ambiental. Então, este é
945 um ponto que também seria de interesse da Confederação e acredito em grandes
946 ganhos, tanto na redução e eventual mitigação, a depender do tipo de transporte utilizado,
947 de gases de efeito estufa. A gente tem um prêmio anual, só um informe aqui, a gente tem
948 um prêmio anual, que é o prêmio CNT de jornalismo, e eu vou passar depois para vocês
949 a reportagem vencedora na categoria meio ambiente, que chama “Em busca dos
950 passageiros perdidos”. Lá existe essa questão da maior acessibilidade a populações
951 carentes por meios de transporte de baixa emissão, inclusive trazendo já a questão da
952 eletrificação de frotas de ônibus no país. Esse é um ponto que eu acho que seria de
953 interesse também para todos nós e vai ao encontro do que a Jussara falou. E por último.
954 Eu, como Sociedade Civil e também como Confederação, sinto falta de uma melhor
955 clareza das metas climáticas. Eu acho que isso tem tudo a ver com a nossa Câmara. As
956 metas climáticas de uma forma mais didática e também mais concreta no que a redução
957 das emissões setoriais para conversar com o que nós nos colocamos como país no
958 Acordo de Paris, firmado em 2015, por meio das NDCs. Então, pegar as NDCs e trazer
959 maior concretude, entendimento do que isso representa setorialmente. Claro que para
960 isso a gente vai precisar inventariar, entender muito bem o que a gente tem de mudança
961 de emissões bottom-up, top-down, mas eu entendo que a gente pode também deixar
962 como legado uma maior, não só metas mais alojadas, mas a maior e uma a melhor
963 evolução do cumprimento disso por meio de esclarecimentos e definições de reduções
964 setoriais, porque elas são muito abrangentes.

965 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Obrigada,
966 Erika. Esse tema específico, para você saber, isso está sendo lidado não aqui no
967 CONAMA, mas como política pública do governo federal, a gente está agora, agora que
968 a gente sabe qual o tamanho da MDC, ao bolo, o tamanho do bolo, que é 1,2
969 gigatoneladas até 2030, a gente está no exercício dentro do governo de separar o bolo
970 agora por setor. E cada setor vai ter um plano. Então, assim, como política pública, acho
971 que cabe muito mais a um debate, política pública, muito mais amplo do que aqui no
972 CONAMA, mas estamos totalmente de acordo que é fundamental que isso aconteça. E
973 acho que a maior parte do nosso tempo na Secretaria e é dedicada exatamente para

974 chegar aí nesses planos setoriais específicos. A gente pode trazer mais informação
975 depois para vocês. Rubinho, você é o próximo que eu vi aqui no relógio, para que a gente
976 ainda tenha o plano de trabalho para a gente pode entrar. Rubinho, contigo.

977 **O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil) – Está.**
978 Serei breve. Queria só apoiar, digamos, a escolha desses três temas, reiterar o que o
979 nosso colega JP Amaral já colocou. Então, eu sou uma pessoa que me preocupo muito,
980 digamos, com a precisão, com a escolha das palavras. E a secretária Ana Toni, inclusive,
981 na sua fala, para justificar o primeiro item da resolução, usou a expressão salvaguardas.
982 Eu entendo que sim, talvez, como o JP colocou, a revisão da resolução caiba a uma outra
983 Câmara Técnica, mas a nossa Câmara Técnica é a Justiça Climática, para fazer jus ao
984 seu nome, justiça climática, sim, pode e deve contribuir para a revisão dessa resolução
985 na perspectiva de quais são as salvaguardas que vão ser efetivas do ponto de vista da
986 inclusão dos aspectos sociais no licenciamento desses empreendimentos energéticos.
987 Quanto ao segundo tema, licenciamento ambiental, por mais que isso eventualmente seja
988 objeto prioritário de uma outra Câmara Técnica. Mais uma vez, a Câmara Técnica de
989 Sustentabilidade Climática tem muito a contribuir. Eu diria que vai além essa síntese. Eu
990 sei que a síntese também está adequada, inclusão de análise de emissões de gases de
991 efeito estufa, mas eu acho que a contribuição da Câmara Técnica vai mais além da
992 análise de emissões de gases de efeito estufa. Embora a nossa colega Jussara,
993 representante de São Paulo, falou, tem situações onde os gases, em alguns países, onde
994 os gases de efeito estufa de emissão antrópica são regulados, outros não são regulados,
995 no Brasil nós não temos isso ainda, embora estava previsto, está previsto em um artigo,
996 em uma linha do Artigo 6 da Lei 12.187, mas eu acho que a própria Lei 6938 nos permite
997 avançar na discussão de clima dentro do licenciamento ambiental, a partir especialmente
998 do seu artigo 3º, com as definições de fluência, degradação. Então, eu acho que o marco
999 normativo que existe permite a essa Câmara Técnica abordar os temas de justiça
1000 climática e de clima e trazer a contribuição para o debate de licenciamento. Eu sei que
1001 tem a questão do projeto de lei que está tramitando no Congresso Nacional, mas mesmo
1002 isso, a gente não pode se forçar a esse debate, porque esse debate será útil com ou sem
1003 a aprovação do projeto de lei que tramita no congresso. E, finalmente, o terceiro plano
1004 diretório é, obviamente, importante a inclusão da temática da adaptação, mas,

1005 certamente, a secretária Ana Toni, deve estar também com isso na pauta de como é que
1006 a gente pode conciliar, digamos, as comunicações, o inventário nacional de fontes, de
1007 emissões, de sumidouro etc., com inventários subnacionais. Ou seja, os entes municipais
1008 e os entes estaduais têm muito a contribuir para a gente ter clareza de qual é o panorama
1009 do Brasil em mudança de clima. E, nesse sentido, os planos diretores são instrumentais
1010 para a gente fazer a redução das emissões e também avançar na adaptação. Então, eu
1011 diria que os planos diretores, como instrumentos de incorporação de mudança de clima
1012 nas várias áreas que cabem aos estados e municípios, especialmente aos municípios.
1013 Mas eu só trago a título de lembrança, a própria lei da Mata Atlântica, que fala de planos
1014 diretores municipais para a proteção de Mata Atlântica. Então, me parece que nós
1015 temos... Parece complexo, mas eu acho que não é tanto assim. Mas nós temos, enquanto
1016 Câmara Técnica, muitas atribuições nesses três eixos que foram colocados. Obrigado.

1017 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – Obrigado,
1018 Rubinho. Obrigado pela contribuição de todos. Vou só tentar sumarizar, porque a gente
1019 não vai deliberar aqui, mas para todo mundo refletir, para a gente, na próxima reunião,
1020 aí sim deliberar. Tem aí a inicial proposição, por enquanto, de quatro temas na mesa. O
1021 primeiro, que é essa revisão da resolução do CONAMA sobre onshore, para a gente ver
1022 se é liderado por esta Câmara Técnica junto com a Câmara Técnica de Licenciamento.
1023 Então, é um trabalho conjunto. Ou se é só eles fazendo e a gente contribuindo mais
1024 superficialmente. Acho que a gente também tem que conversar com a Câmara Técnica
1025 do Licenciamento para entender os planos deles. Vamos fazer isso, trazer essa
1026 informação, mas já vamos refletindo nesse meio tempo o que cada um acha. Sobre a
1027 análise de emissão, acho que tiveram algumas falas que foram importantes, não só a de
1028 licenciamento, está no Congresso, para a gente ver o que está no Congresso sobre clima,
1029 se tem algo sobre clima que já está sendo discutido lá, sim ou não, e trazer essa
1030 informação para cá. Mas a gente não colocou que é regulamentar. A ideia era ter uma
1031 análise sobre a emissão e foi aqui sugerido também sobre riscos climáticos, não só
1032 emissão, mas também risco climático. Mas, pelo menos, do que a gente tinha pensado,
1033 e aí para a gente pensar mais propriamente, se um empreendimento pode ser falado,
1034 esse sim ou esse não, por causa de mudança do clima, era ter mais um critério de análise
1035 para os licenciadores. Mas acho que a gente tem que pensar um pouquinho se é para

1036 regulamentar a análise ou regulamentar o licenciamento. São duas coisas um pouquinho
1037 diferentes e a gente, vai poder refletir um pouco, mas essa é mais uma sugestão. O
1038 terceiro, é essa dos planos diretores, e acho que também tem duas coisas para a gente
1039 refletir. Se a gente foca no tema de adaptação ou se a gente expande para guias para
1040 planos climas, onde entre também emissão, como foi pensado ali, transporte e outros. E
1041 o quarto tema, é esse retardamento dos químicos, dos incêndios, que a Cláudia ficou de
1042 dar também uma olhada, a gente conversar aqui também internamente. Então, esses são
1043 os quatro temas. Peço que vocês discutam, pensem, para a gente pensar. Já estou
1044 trazendo o próximo. Você quer falar, Jota?

1045 **O SR. JOÃO PAULO MELLO AMARAL – TITULAR (Instituto Alana)** - É possível?
1046 apenas só para a gente deixar como análise. Pensando nesse respaldo todo de agendas
1047 que vai dar pano para manga, eu lembrei de duas coisinhas que a gente falou na primeira
1048 reunião, e que podem fazer muito sentido. Uma na linha do que se falava sobre carbono
1049 como poluente, mas a gente trouxe uma proposta que pode encaixar muito bem e que já
1050 na ciência já é comprovada, tecnicamente já se usa assim nos espaços internacionais e
1051 que poderia ser regulamentada que são os poluentes climáticos de vida curta. É algo
1052 simples que a gente pode pensar e um marco importante para essa câmara técnica. Eu
1053 acho que um tema bem stricto sensu, que é uma competência de CONAMA sobre normas
1054 de controle de poluentes e, ao mesmo tempo, do tema de mudanças climáticas. Então,
1055 eu deixaria esse como um ponto. Mas, segundo, também eu deixaria, aí talvez mais
1056 olhando para o plano de trabalho, mas acho que ele entra também em uma priorização.
1057 Pensando em todos os conceitos de competência, o escopo, na verdade, acho que a
1058 gente tem um papel importante de realmente abrir para um seminário um grande debate
1059 importante sobre emergência climática, justiça climática, tudo isso que a gente está
1060 discutindo aqui e ter um debate mais ampliado. A nossa sensação é que isso tudo poderia
1061 exprimir muito essas dúvidas ou opiniões do que entra ou não entra, realmente antes de
1062 qualificar o debate aqui com uma coisa mais ampla. Aí não seria resolução nem nada,
1063 mas a gente colocar no escopo do ano que vem ter um debate sobre isso.

1064 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Então,
1065 ouvimos aí, não são quatro possibilidades, viram aí uma quinta, que são os poluentes de

1066 vida curta, para a gente considerar, e aí a primeira pergunta que acho que a gente tem
1067 que falar, então, agora plano de trabalho. Primeira coisa, alguns temas. Primeiro, o
1068 escopo, no sentido de podemos manter essas cinco, E a pergunta é, vamos fazer uma
1069 prioridade destas cinco? Então, colocar em ordem um, dois, três, quatro e cinco? Acho
1070 que a gente tem que decidir se a gente quer fazer essa priorização ou não. Ou vamos
1071 começar a cinco ao mesmo tempo. Eu sou sempre a favor de priorização, porque senão
1072 não sai. Então, peço para que, quando vocês considerarem qual delas, ou eliminá-las,
1073 ou colocá-las em termos de priorização. Primeira coisa. A segunda é que, mesmo em
1074 termos de priorização, como é que a gente vai trabalhar juntos? Então, digamos que a
1075 gente pegue a prioridade número 1 e número 2, a minha sugestão seria ver quem é que
1076 quer trabalhar na prioridade 1 e 2, não sei quais são a 1 e 2, e ver quem é que se
1077 responsabiliza para começar a desenhar essa, como é que chama, nota técnica de
1078 análise de impacto regulatório. Alguém vai ter que colocar a mão na massa para fazer
1079 isso. Então, de novo, peço que alguém que, quando a gente estiver pensando já quais
1080 são as prioridades, pensem nas prioridades a partir do sentido de quem é que vai colocar
1081 a mão na massa. Então, não é só passar o trabalho para algum outro conselheiro ou
1082 conselheira. Todos nós vamos ter que... Quem achar muito importante, acho que vai ser
1083 priorizado quem vai ter tempo de escrever o tal da nota técnica para a gente poder andar.
1084 No final, esse vai ser um critério muito importante. Outra coisa, em termos de fluxo de
1085 trabalho, é qual é a frequência das nossas reuniões. Eu entendo que alguns das outras
1086 Câmeras Técnicas, eles se reúnem mensalmente. E aí, tendo em consideração, não sei
1087 quem mencionou, não adianta a gente se reunir com muita frequência se a gente não
1088 tiver tempo de fazer a lição de casa antes de a gente se reunir. Eu seria a favor de uma
1089 proposta que a gente se reunisse uma vez a cada dois meses, deixando um pouco mais
1090 claro qual é a lição de casa que a gente quer fazer entre um mês e outro. Porque, senão,
1091 a gente vai ficar em um loop de reuniões e não tem nada para fazer durante a reunião.
1092 Então, não sei o que vocês acham, queria ouvir se vocês acham que a gente se reúne
1093 mensalmente ou se a gente se reúne a cada dois meses. Queria só ter, assim, uma...
1094 Estou vendo ali uma mãozinha da Jussara, de dois meses.

1095 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1096 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Ana, até queria colocar uma questão que tem sido

1097 muito difícil para a Secretaria Executiva, porque, pelo regimento, na verdade, a gente tem
1098 que convocar as reuniões com 15 dias de antecedência e compartilhar esses documentos
1099 com 15 dias de antecedência, inclusive foi uma exigência da própria Sociedade Civil.
1100 Portanto, uma vez por mês, a gente teria 15 dias de trabalho, o que fica muito difícil.
1101 Então, para a gente poder respeitar os prazos regimentais, a gente também tem que ter
1102 um certo respiro para poder compartilhar esses documentos no prazo regimental.

1103 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Alguém é
1104 contra que a gente tente se reunir a cada dois meses? Se dois meses ficar muito, depois
1105 a gente revê. Então, vamos para o próximo período, vamos nos dar seis meses dos
1106 próximos períodos a cada dois meses, e aí a gente tenta andar mais rapidamente a partir
1107 disso, e ter lição de casa. Entretanto, apesar de eu mesmo estar sugerindo a cada dois
1108 meses, eu acho que a gente priorizar alguns desses temas, seria importante a gente
1109 tentar priorizá-los antes de dois meses, porque a gente teve uma reunião em julho, nós
1110 estamos em novembro, ou seja, a próxima reunião provavelmente vai ser no final de
1111 dezembro ou começo de janeiro. Eu adoraria acabar o ano pelo menos sabendo quais
1112 são os temas que a gente está priorizando, para a gente começar o ano sabendo um
1113 plano de trabalho específico para a gente poder falar. Então, eu queria ver se era
1114 possível, eu vou para a COP, muitos de vocês talvez vão para a COP também, se a gente
1115 poderia tentar se reunir daqui a um mês, antes da COP, para a gente poder, aí sim,
1116 priorizar esses temas e aí, dividir um pouco, em menos de um mês.

1117 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1118 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - E procedimento, assim. Que foi como a gente fez na
1119 Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, por sugestão do Adalberto, a priorização. O
1120 que a gente fez? A gente compartilhou os temas com todo mundo e as pessoas atribuíram
1121 notas. Então, cada conselheiro titular faz a sua atribuição de nota e na ordem hierárquica.
1122 Então, essa é a primeira, segunda e terceira, ou seja, a menos votada vai ser a primeira,
1123 não é, em peso, não é, porque se essa é a 1, ela tem peso 5, não é, que é a mais
1124 importante. Então, assim, eu vou orientar como fazer, mas incluindo a sua ordem
1125 prioridade, a minha primeira é 1, 2, 3, 4, 5. Depois a gente soma, e aí a gente vai ter uma

1126 hierarquia de preferências. Isso a gente pode compartilhar documentalmente, depois a
1127 gente vai se reunir com base nessa tabela de prioridades.

1128 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Está ótimo.
1129 Podemos seguir assim? Então, a gente vai mandar para vocês as cinco prioridades que
1130 foram colocadas nessa reunião, com um parágrafo cada uma, só para todo mundo poder,
1131 E a gente vai pedir para vocês priorizarem. E acho que tem que ter uma coluna de
1132 observações, para caso alguém queira fazer alguma, esta sim e mais, para a gente não
1133 ficar muito no automático. E, na próxima reunião, a gente daí decide, porque eu estou
1134 muito interessada, de quem é que vai colocar a mão na massa para a gente escrever a
1135 tal da nota técnica. Então, neste meio de caminho, a Marcela vai mandar para todos nós
1136 essa nota técnica de análise de impacto regulatório, para a gente saber o que é esse
1137 documento e quanto de trabalho dá para cada um. A partir disso, a gente vai querer
1138 voluntários. E eu imagino que a gente vai precisar de mais do que uma pessoa falando
1139 que escreva a nota técnica disso ou daquilo ou daquilo. Quanto mais a gente tiver,
1140 melhor. E aí a gente se reúne daqui a dois meses e faz essa divisão de trabalho.

1141 **A SR^a JUSSARA CARVALHO (Abema)** – Pois é, eu só queria lembrar, embora ninguém
1142 tenha esquecido, mas enfim, temos a COP, não é? Eu não sei se você vai levar para a
1143 COP o que a gente está fazendo aqui nessa Câmara de Justiça Climática. Eu acho que
1144 a gente não tem tempo hábil para fazer mais do que priorizar até o final do ano. Muitos
1145 daqui vão para a COP, vai ser um pouco jogar na, sei lá, acho pouco provável, não é?
1146 Lógico que pode acontecer, mas acho pouco provável. O Rubinho até propôs aqui no
1147 chat, reuniões a partir de fevereiro a cada dois meses, mas acho que a gente podia deixar
1148 bem assim, pé no chão o que a gente espera para esse ano, se é a priorização e a
1149 priorização, se é a nota técnica e nota técnica, eu não vejo muita possibilidade de a gente
1150 fazer muito trabalho ainda, porque eu acho que cada um também deve estar preocupado
1151 em fazer os seus produtos para levar para a COP, para quem for para a COP, enfim. Eu
1152 só queria trazer esse adendo aqui e saber se você vai levar para a COP alguma coisa
1153 dessa Câmara ou, enfim, da Secretaria como um todo, não é?

1154 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Não, não
1155 vamos, quer dizer, a Secretaria está organizando o pavilhão inteiro, mas não vai levar a

1156 algo específico, porque está levando muitas coisas. O que o Brasil está fazendo como
1157 um todo, não pensamos em uma atividade específica do CONAMA lá, não que eu saiba
1158 do CONAMA como um todo também não. Então, expectativas para 2023, o que a gente
1159 consegue fazer na Câmara Técnica de Justiça Climática? A gente conseguiu ter duas
1160 reuniões e fazer uma lista prévia de possíveis temas prioritários. É isso que a gente
1161 conseguiu fazer. Essa é a realidade do que a gente conseguiu fazer como Câmara
1162 Técnica neste ano de 2023. Porque, se a gente seguiu o que está sendo colocado, a
1163 próxima reunião vai ser em 2024 já. O que a gente pretende em 2024? E aí vamos ver
1164 se está todo mundo de acordo. Acho que a gente tem que ter uma meta, que é tentar
1165 aprovar pelo menos três resoluções em 2024. Não sei se é muito ambicioso, pouco
1166 ambicioso, não tenho a menor ideia. Mas, se todo mundo concordar e a gente priorizar
1167 dessas cinco, pelo menos três, e, no ano de 2024, a gente conseguir aprovar três
1168 resoluções, acho que é um pequeno legado para o começo dessa Câmara Técnica. Não
1169 sei quais das três, mas seria algo concreto. E seria parte do plano de trabalho. Primeiro,
1170 três resoluções. E segundo, e aí colocar também para ouvir todos, é se a gente quer fazer
1171 um seminário, que o JP propôs, se a gente quer fazer um seminário como câmara técnica
1172 do CONAMA sobre justiça climática o ano que vem, em algum momento. Quero colocar
1173 que, assim, nós da secretaria, já tivemos dois grandes eventos sobre justiça climática. A
1174 gente tem milhões de reuniões que a gente está fazendo sobre o plano de adaptação e
1175 sobre o plano de mitigação. Obviamente, é dentro do SIM, é dentro de um espaço
1176 intergovernamental, mas cada Ministério vai ter eventos para todas as áreas de
1177 adaptação, que são 14, e para todas as áreas de mitigação, que são 8. Então, ano que
1178 vem, essas 22 áreas setoriais vão estar debatendo com a sociedade como um todo sobre
1179 específicos setores. Então, não é um evento amplo sobre justiça climática, mas são
1180 planos setoriais de transporte, planos de adaptação para a população indígena, 14 de
1181 adaptação e, como falei, 8 de mitigação. Se a gente quiser fazer um grande seminário
1182 sobre justiça climática desta Câmara Técnica, eu acho que a gente tem que ser muito
1183 específico no que a gente quer deste seminário, porque já tem muitos seminários sobre
1184 justiça climática. E muitos seminários de um tema, e aí eu termino só com isso, na
1185 transição, foi decidido que é uma Câmara Técnica de justiça climática. Não é uma
1186 Câmara Técnica de mudança do clima. Não é uma Câmara Técnica de Clima, é de

1187 Justiça Climática. O termo justiça climático, conceitualmente, está sendo debatido pelo
1188 mundo inteiro. Tem aí o UNFCCC, um grupo de trabalho do Acordo de Paris sobre o que
1189 é transição justa, que é um work stream. Ninguém tem um conceito já muito elaborado.
1190 Eu não acho que uma Câmara Técnica do CONAMA vai ser o lócus para a gente debater
1191 conceitualmente o que é isso, o que não é. Porque acho que o mundo inteiro está
1192 fazendo. Estou muito em uma vibe de vamos fazer isso, sem saber muito qual é o
1193 contorno deste conceito. Porque acho que o contorno deste conceito pode drenar muita
1194 energia e não sei o quanto vai... Eu tenho participado de muitos eventos para o contorno
1195 desse conceito, mas estou totalmente aberta a fazer um evento. Mas, pediria que talvez,
1196 JP, como você colocou a proposta, na próxima reunião você pode trazer o que
1197 exatamente aconteceria no seminário. Daí a gente teria o trabalho das três resoluções e
1198 um possível seminário para a gente pensar exatamente o quê. E aí acho que constituiria
1199 um planinho de trabalho para 2024.

1200 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1201 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Ana, só complementando o que você está falando,
1202 acho que, na consulta que a gente vai fazer, eu incluiria uma outra coluna com a
1203 disponibilidade das pessoas de trabalhar em cada um dos temas, porque aí a gente já
1204 sai com pessoas que se identificam com esses temas, e termina o ano com esses
1205 responsáveis. Iniciando por aquela que... Então, a gente manda, depois que a gente fizer
1206 a consulta, a gente dá 15 dias para a consulta, faz a sistematização e manda o resultado
1207 para vocês. Com relação à análise de impacto regulatório, a equipe do CONAMA fez um
1208 curso recentemente na Enap sobre esse tema, para também poder subsidiar os
1209 conselheiros. Então, quem assumir essa atribuição, a gente se coloca à disposição para
1210 uma primeira reunião, onde a gente vai poder falar um pouquinho sobre o que deve conter
1211 para a gente desmistificar também, às vezes, o que quando a gente olha na norma tem
1212 muitos aspectos que devem ser abordados e a gente pode aprofundar um pouco isso
1213 nesse curso. Então, a gente se coloca à disposição para contribuir com o método de
1214 elaboração, não com o conteúdo técnico, que vai ser a atribuição dos conselheiros.

1215 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – Eu ia
1216 sugerir que, na próxima reunião, então, pauta da próxima reunião para a gente ir

1217 pensando, é, obviamente, priorizar aí os temas. Segundo, eu ia pedir para... Você já vai
1218 circular a nota técnica, mas fazer uma apresentação dessa nota técnica seria legal, já
1219 que vocês já fizeram esse curso, Marcela, para a gente fazer isso. Se a gente também
1220 pode já mandar, se a sugestão ali, se todo mundo acata a sugestão do Rubinho, que é
1221 fazer reuniões a cada dois meses a partir de fevereiro. Então, a gente já poderia mandar
1222 o calendário para todo mundo, para todo mundo ter o calendário do ano inteiro, para
1223 2024, para a gente já ter isso. E, em toda a reunião, a gente vai fazer um pequeno update
1224 da política climática, do que andou e do que não andou. Estou vendo alguém de mão
1225 levantada. Uma outra atividade que talvez a gente queira acrescentar no nosso plano de
1226 trabalho é, talvez, circular um survey amplo para todos os setores aí colocados e
1227 perguntar para esses setores, para a gente ouvir deles o que outros esperam desta
1228 Câmara Técnica nossa. Porque a gente está tentando inventar um pouco essa nova
1229 Câmara Técnica. E, talvez, se a gente conseguisse fazer um survey para ser circulado
1230 para outros e perguntar para outros o que eles esperam desta Câmara Técnica, seja uma
1231 maneira de a gente também ir construindo, entendendo a expectativa dos que estão de
1232 fora, para a gente poder considerar aqui e trazer para dentro. Quem está?

1233 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1234 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - A gente pode fazer a eleição do vice antes de passar
1235 a fala, porque já tem gente que precisa ir embora.

1236 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Está bom.

1237 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1238 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - E essa...

1239 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Como é que
1240 acontece a eleição dessa?

1241 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1242 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - A gente pergunta quem se candidata, quem tem
1243 disponibilidade de assumir, e aí a gente pode fazer uma eleição desse nome. Sim.

1244 Assessorar a presidência e substituir, no caso da impossibilidade de a presidência estar
1245 em uma reunião.

1246 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Uma ótima
1247 pergunta, porque estou também aprendendo quais são as atribuições da presidência.
1248 Então, essa foi uma boa pergunta. Mas acho que é pensar um pouco na agenda, ajudar
1249 a moderar aqui os trabalhos.

1250 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1251 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - A convocação, não é? A convocação sempre tem que
1252 ser assinada pelo presidente. E é isso, organizar a reunião, presidir a reunião.

1253 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – É
1254 superlegal, pessoal. Candidatos e candidatas. Essa mão levantada é para alguém que
1255 se candidatou?

1256 **A SRª. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)** - Não,
1257 ainda não. São outras coisas. Mas a sua empolgação foi ótima. É superlegal, gente, se
1258 candidatem.

1259 **A SRª JUSSARA CARVALHO (Abema)** – Bom, Ana, acho que tem que ser alguém daí,
1260 não é? Que fique mais próximo aí. Acho que esse já seria um requisito.

1261 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Acho que
1262 não precisa estar próximo, precisa? Não. Porque hoje tem internet, a gente vai fazendo
1263 sempre reuniões híbridas, então, assim, mesmo que a pessoa, o vice, quando eu não
1264 puder estar, o vice ou a vice estiver on-line, acho que pode deliberar por aí mesmo. Está
1265 aberta a todos e todas, não é uma boa desculpa essa de estar longe. Tem mais uma
1266 mãozinha levantada ali? Não, não é? Precisamos eleger alguém, pessoal.

1267 **A SRª JUSSARA CARVALHO (Abema)** – A Cláudia está com a mão levantada.

1268 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Cláudia, se
1269 candidata?

1270 **A SRª JUSSARA CARVALHO (Abema)** – Está sem microfone, Cláudia.

1271 **A SRª. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)** - Eu
1272 estava brincando aqui, falando: não, Cláudia, você não está com tempo, Marcela falou
1273 que precisa ter tempo, mas é algo que eu realmente me encanto com esse tema, com
1274 todas essas atuações, mas eu acho que eu deixo aberto aí para outra pessoa, mas se
1275 não tiver nenhum candidato, de repente a gente pode pensar até no rodízio gente de
1276 repente, fica aí um ano uma pessoa outro ano outra pessoa, não sei como é que quanto
1277 é que a duração não é eterna não é quanto é que como é que a duração do cargo? quanto
1278 tempo?

1279 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1280 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - São dois anos.

1281 **A SRª. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)** - Dois
1282 anos, é de repente um ano, um ano, não sei a gente está inventando não é teria que
1283 mudar o regulamento. Deixa ver se aparece mais alguém, vai que...

1284 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – Vamos lá,
1285 vamos lá. Estou falando, é superlegal, pessoal. Dou-lhe, uma. Dou-lhe, duas. Cláudia.
1286 Estamos aqui, estamos aqui. Tem aqui, talvez, um potencial candidato. Espere aí, espere
1287 aí. Estamos esperados. Enquanto isso, Cláudia, você estava com a mãozinha levantada?

1288 **A SRª. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)** - Estava,
1289 estava. Pronto, enquanto o potencial candidato também decide, é só para comunicar que
1290 a gente aqui, enquanto Confederação, a gente costuma fazer diversas pesquisas, acho
1291 que eu compartilhei na reunião passada uma pesquisa que tinha algumas questões, não
1292 é, sempre focado nos municípios, não é, um recorte muito específico do nosso público,
1293 mas, e a gente fez sobre a gestão ambiental e perguntou algumas coisas sobre
1294 mudanças climáticas, mas a gente quer fazer uma pesquisa específica sobre a questão
1295 climática nos municípios, não é? Focar em resiliência também. E aí, eu queria deixar
1296 aberto, caso alguém queira contribuir, porque a gente sabe da escassez de dados, de
1297 forma geral, nesse tema, não é? E a questão da justiça climática, se você for pensar em

1298 populações vulneráveis, você está falando algo diretamente em relação com o município,
1299 porque todos os impactos das questões climáticas são nos municípios, aliás, todos os
1300 impactos de tudo, não é? a vida acontece nos municípios. Então, a gente vai fazer uma
1301 pesquisa agora em dezembro e o tema de justiça climática é um tema que eu quero
1302 colocar, lógico, não é aprofundar, criar um diagnóstico sobre isso, mas até porque o tema
1303 de mudanças climáticas é o que os gestores ainda não conseguem fazer relação com o
1304 cotidiano da gestão deles, no sentido de gestão de resíduos, de transporte, de, enfim,
1305 uso do solo, eles ainda não conseguem muito, Principalmente, a gente está falando de
1306 90% do país com até 50 mil habitantes. Tem João Pessoa aí fazendo um excelente
1307 trabalho e ainda assim teve dificuldades com a questão do plano de adaptação. Mas a
1308 ideia é essa, é só compartilhar com vocês que quem quiser fazer alguma sugestão de
1309 perguntas, que quiser ter interesse, principalmente Ministério do Ambiente, de repente,
1310 olha, eu acho que a nível municipal a gente gostaria de obter tais informações. Então,
1311 deixar para vocês abertas. A gente tem aí até sexta-feira da semana que vem, sem ser
1312 essa, a outra, para fechar um questionário. Então, eu queria deixar pelo menos duas
1313 perguntas sobre justiça climática. Eu acho que seria bacana para... Até no que o colega
1314 de lá de João Pessoa colocou, mas de a gente ter um panorama do que municípios estão
1315 fazendo nesse tema de maneira geral, enfim. Eu acho que é bacana.

1316 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – Se você
1317 puder circular esse survey, e aí quem tiver sugestões, manda para você. Agradeço.

1318 **A SR^a. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)** - Pronto.
1319 À disposição.

1320 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** – A nossa
1321 Secretaria, certamente a gente vai ter alguma sugestão porque a gente está doido por
1322 boas informações aí dos municípios, então, vai ser ótimo.

1323 **O SR. WELISSON (Secretário de Meio Ambiente de João Pessoa)** – E até para
1324 incentivar os colegas a responderem também o questionário, a gente faz uma corrente
1325 aí para não ser esvaziado, porque às vezes a gente manda o questionário e volta com
1326 pouco poucas respostas, não é, então pode contar conosco.

1327 **A SR^a. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios) - É**
1328 dezembro não é um período muito bom, mas não é tão ruim quanto janeiro. A nossa
1329 última pesquisa teve duas mil respostas, então, assim, a gente costuma ter até um retorno
1330 bom enquanto confederação assim.

1331 **SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática) –**Muito bom.
1332 Obrigada. Vamos voltar aqui, então, a Vice-Presidência temos talvez dois novos
1333 candidatos aqui? Temos? Não? É, João Pessoa.

1334 **O SR. WELISSON (Secretário de Meio Ambiente de João Pessoa) –** Me colocar à
1335 disposição para ajudar na tarefa.

1336 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática) –** muito bom
1337 agradeço. Então, temos aí candidatos, e candidatas, isso é ótimo. E aí, como é que...
1338 Guia isso para a gente pensar. Cláudia, agora temos mais um candidato, você estava
1339 meio em dúvida, você prefere abrir mão ou prefere...

1340 **A SR^a. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios) -** Olha,
1341 eu prefiro ser a vice do vice. Eu posso contribuir, sem dúvida, me coloco, mas faço o
1342 compromisso presente aqui, do que precisar, está aí. Quem que se candidatou, só para
1343 saber, foi João Pessoa? tem um? A gente vai fazer votação? É aclamação?

1344 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática) –**Aclamação,
1345 não é? Welisson, o Welisson, estou te chamando de João Pessoa. É o Welisson.

1346 **O SR. WELISSON (Secretário de Meio Ambiente de João Pessoa) –** Até João Pessoa
1347 está querendo mudar de novo.

1348 **A SR^a. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática) –** Temos o
1349 Welisson como candidato, podemos manter o Welisson por aclamação aqui eleito?
1350 Pronto. Maravilha! Obrigado, Welisson, pela disposição. Bom, então, obrigado aí a todos
1351 e todas. Acho que, a partir do momento em que a gente comece a pôr a mão na massa,
1352 acho que vai ser mais fácil também a gente... E assim, eu até sugeri para a Marcela que,
1353 como é que muita gente nova e outras pessoas, como a Cláudia já está aí há um tempão,

1354 mas se de repente alguns outros conselheiros das outras Câmeras Técnicas, se a gente
1355 pudesse pensar na próxima reunião, que é presencial, fazer meio em conjunto com uma
1356 outra Câmara Técnica, porque aí a gente tem tempo de conversar com eles, perguntar.

1357 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1358 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Olha, a gente fez um dia antes da reunião do CONAMA,
1359 porque amanhã também a gente vai estar reunido lá no conselho, então, acho que a
1360 gente pode manter algumas reuniões sempre um dia antes, da plenária. E amanhã, a
1361 gente gostaria também, não sei se você vai poder estar presente, mas seria legal que
1362 alguém da Câmara fizesse um informe. Então, você poderia fazer um informe sobre o
1363 andamento da Câmara Técnica? Perfeito, já assumiu.

1364 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Nosso vice-
1365 presidente vai contar na reunião do pleno amanhã o que a Câmara Técnica aqui está
1366 fazendo.

1367 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1368 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - E aí a gente faz isso, cada Câmara faz um informe dos
1369 seus trabalhos e já é o momento de compartilhar também.

1370 **A SRª. ANA TONI (Presidente da Câmara Técnica de Justiça Climática)** –Está ótimo,
1371 tudo bem? Obrigado, pessoal, bom fim da semana.

1372 **A SRª. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)** - Tchau,
1373 até mais, gente. Até amanhã, para quem estiver por aí.

1374 **A SRª JULIANA REIS (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos**
1375 **do Espírito Santo)** – Tchau, tchau.

1376 **A SRª JUSSARA CARVALHO (Abema)** – Obrigada, gente, foi ótima a reunião.

1377 **O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil)** –
1378 Obrigado. Tchau.